

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

RAIMUNDA MARIA MARTINS

**A GESTÃO ESCOLAR E A ÉTICA. UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO
DE EDUCAÇÃO BÁSICA CORONEL JOSÉ EPIFÂNIO DAS CHAGAS
(MORADA NOVA-CE)**

São Leopoldo

2015

RAIMUNDA MARIA MARTINS

A GESTÃO ESCOLAR E A ÉTICA. UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO
DE EDUCAÇÃO BÁSICA CORONEL JOSÉ EPIFÂNIO DAS CHAGAS
(MORADA NOVA - CE)

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Orientador: Valério Guilherme Schaper

São Leopoldo

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M386g Martins, Raimunda Maria
A gestão escolar e a ética: um estudo de caso no Centro de Educação Básica Coronel José Epifânio das Chagas (Morada Nova-CE) / Raimunda Maria Martins ; orientador Valério Guilherme Schaper. – São Leopoldo : EST/PPG, 2015.
99 p. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2015.

1. Ética. 2. Democratização da educação. 3. Escolas – Organização e administração. 4. Centro de Educação Básica Cel. José Epifânio das Chagas (Morada Nova, CE). I. Schaper, Valério Guilherme Schaper. II. Título.

RAIMUNDA MARIA MARTINS

A GESTÃO ESCOLAR E A ÉTICA. UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO
DE EDUCAÇÃO BÁSICA CORONEL JOSÉ EPIFÂNIO DAS CHAGAS
(MORADA NOVA - CE)

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Data:

Prof. Dr. Valério Guilherme Schaper – Doutor em Teologia – EST.

Prof. Dr. Remi Klein – Doutor em Teologia – EST.

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha amada mãe, pelo incentivo e preces a Deus. Ao meu querido pai que, mesmo com sua fragilidade, me deu força pra ir em frente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me amparar nos momentos difíceis, por me dar força interior para superar as dificuldades e por mostrar o caminho nas horas incertas;

Ao professor Dr. Valério Guilherme Schaper, pela orientação segura e compromissada, imprescindíveis para a conclusão deste estudo;

Ao meu querido irmão e queridas irmãs, pelo apoio e incentivo constante, na busca da realização do meu sonho;

Ao Gestor da Instituição Centro de Educação Básica Cel. José Epifânio das Chagas, por me ceder os documentos utilizados na pesquisa, desejo expressar os meus agradecimentos.

“A escola é uma verdadeira usina de sentidos, sentidos da vida (ética) e de convivência (moral), e não há outra Instituição de que se possa dizer o mesmo.”

(Yves de La Taille)

RESUMO

A presente dissertação tem como foco de estudo a temática ética no contexto da gestão democrática e participativa, onde se propõe fazer uma abordagem em relação à efetivação ou não de uma gestão escolar ética, tomando como campo de apreciação a realidade do Centro de Educação Básica – CEB Cel. José Epifânio das Chagas. Unidade de ensino pública municipal em atuação no sistema educacional de Morada Nova, no Estado do Ceará. O raio de investigação proposto constitui a tomada de conhecimento de como se efetiva ou não os princípios éticos numa gestão escolar, que chegou a essa condição por processo de indicação e não pelo caminho legal da legislação educacional. Ou seja, por instrumentos que caracterizem a democratização e participação dos elementos envolvidos neste contexto. Partindo do citado foco de investigação, fez-se o levantamento de concepções e comentários de autores entre os quais podem ser citados, entre outros os nomes de Hora, Libâneo, Lück, Gadoti, Gandim. Então, passou-se a construir uma base teórica em relação à temática posta em estudo, caracterizando esse primeiro momento da pesquisa como bibliográfica. Num segundo momento parte para a estruturação de uma base filosófica do estudo, sendo apreciada a concepção de Aristóteles, Santo Agostinho e Immanuel Kant em relação ao conceito de ética e sua aplicação no âmbito da educação formal básica. De posse de elementos teóricos acerca da gestão democrática e participativa e de uma fundamentação teórica, a investigação chega ao campo prático que se efetiva a partir de uma análise a realidade da unidade de ensino supracitada. As leituras de documentos como a Legislação da Educação Nacional Brasileira (Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96) e dos documentos da escola como o Projeto Político Pedagógico e Relatório de Planejamento elaborado a partir de observações direta simples não estruturada, na unidade de ensino pesquisada, viabilizou-se ter uma visão geral da aplicabilidade de princípios éticos nesta instituição educacional. Neste aspecto, é pertinente salientar que a pesquisa é de caráter documental, uma vez que a análise proposta toma como referencial de apreciação a leitura dos referidos documentos, o que favoreceu se chegar às considerações finais e apontar a necessidade do prosseguimento do estudo em futuros projetos de um doutorado, onde se possa ampliar o raio de investigação e, certamente os instrumentos de análise.

Palavras-Chaves: Ética. Gestão Escolar. Democratização da Educação. Educação.

ABSTRACT

This thesis has as its focus of study the theme ethics in the context of democratic and participative management, where the proposal is made to deal with the effectuation or not of an ethical school management, using as a field for appreciation the reality of the Cel. José Epifânio das Chagas Basic Education Center – CEB, which is a unit of the municipal public education functioning in the educational system of Morada Nova, in the state of Ceará. The radius of investigation proposed is constituted by finding out how the ethical principles of a school management are made effective or not. This school management arrived at this condition through a process of indication and not through the legal path of educational legislation. That is, by instruments which characterize the democratization and participation of the elements involved in this context. Beginning with the cited focus of investigation, a survey was carried out of conceptions and commentaries of authors among whom can be cited, among other names, Hora, Libâneo, Lück, Gadoti, Gandim. Thereupon began the construction of a theoretical base with regard to the theme in study, characterizing this first moment of research as bibliographic. In the second moment one goes to the structuring of a philosophical base for the study, verifying the conceptions of Aristotle, Saint Augustine, and Immanuel Kant with regard to the concept of ethics and its application in the realm of formal basic education. Having in hand theoretical elements about democratic and participative management and a theoretical foundation, the investigation comes to the practical field which takes place based on an analysis of the reality of the above cited educational unit. The reading of documents such as the Brazilian National Education Legislation (Federal Constitution of 1988 and the National Education Bases and Guidelines Law – LDB nº 9394/96) and of the school documents such as the Pedagogical Political Project and the Planning Report elaborated based on simple direct non structured observations made it possible to have a general view of the applicability of ethical principles in this educational institution. In this aspect it is pertinent to highlight that the research is of a documental character since the analysis proposed uses as the reference for appreciation the reading of the referred documents, which led to the final considerations and pointed to the need of continuing the studies in future projects of a doctoral program where one can broaden the scope of the radius of investigation and certainly the instruments of analysis.

Keywords: Ethics. School Management. Democratization of Education. Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 GESTÃO ESCOLAR E ÉTICA – BASES TEÓRICAS	21
1.1 Aspectos conceituais	22
1.1.1 Gestão Escolar.....	23
1.1.2 Ética na Educação.....	30
1.1.3 Participação Escolar	39
1.1.4 Autonomia na Escola.....	44
1.2 Aspectos Práticos da Gestão Escolar Participativa	49
2 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA CORONEL JOSE EPIFÂNIO DAS CHAGAS: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL.....	53
2.1. DEFINIÇÃO DE DOCUMENTO	53
2.2 CONTEXTO SOCIOEDUCACIONAL DE MORADA NOVA - CE	54
2.3 O CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA CORONEL JOSÉ EPIFÂNIO DAS CHAGAS.....	56
2.4 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.....	59
2.4.1 Projeto Político Pedagógico	59
2.4.2 Relatório de Planejamento	68
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	73
3.1 ÉTICA NO CONTEXTO DA ESCOLA PESQUISADA	74
3.2 PROPOSTA DE TRABALHO DESENVOLVIDA NA ESCOLA	76
3.3 PROJETOS EDUCATIVOS: DESCRIÇÃO, ABRANGÊNCIA E CARÁTER ÉTICO-PEDAGÓGICO....	79
3.3.1 Projetos educacionais na política educacional brasileira e no CEB Cel. José Epifânio das Chagas	79
3.3.2 Os projetos educativos do CEB Cel. José Epifânio das Chagas	80
3.3.3 Reflexões ético-pedagógicas nos projetos educacionais do CEB Cel. José Epifânio das Chagas	84
CONCLUSÃO.....	89
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXO I.....	99

INTRODUÇÃO

A temática da ética tem sido posta em discussão em diferentes contextos da sociedade brasileira. No campo da educação, abordagens sobre ações éticas têm sido um dos principais pontos de discussão de professores, funcionários e pais de alunos e, em certo sentido, até mesmo alguns segmentos de estudantes têm utilizado a ética em apreciações e questionamentos.

Oferecer condições para que a sociedade possa ser ética e conquiste um padrão de vida significativo, tendo o alcance dos seus ideais de integridade, de participação e de conquista da tão sonhada realização, é uma das principais metas do indivíduo moderno. Em sentido geral, as palavras iniciais desta dissertação deixam expressa a importância do tema na sua conjuntura política, social e educacional.

A implantação da gestão democrática nas escolas públicas brasileiras, modalidade de gestão definida pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº. 9394/96) tem motivado discussões sobre as formas de escolhas para gestores escolares, uma vez que tem dimensionado uma proposta de edificação de princípios éticos e morais que possam impactar de maneira expressiva a condução de uma administração escolar. E ainda, que subsidie a formação moral, social e intelectual, entre outros aspectos do educando brasileiro, visando a sua integração nos mais diferentes contextos sociais, políticos e culturais.

Compreender a dimensão que a ética tem no contexto da sociedade figura como uma questão ampla e que, certamente, requer um estudo aprofundado e muita perspicácia. Mediante o exposto, propõe-se com este estudo tematizar, no contexto da gestão democrática participativa, a aplicabilidade dos princípios éticos na formação do educando do ensino fundamental do Centro de Educação Básica- CEB Coronel José Epifânio das Chagas, no município de Morada Nova, no Estado do Ceará. Neste sentido, propõe-se ressaltar a atual situação da escola pública brasileira em relação à postura ética e democrática dos gestores frente à perspectiva de formação moral, social e intelectual dos educandos.

A proposta de discussão em torno da temática em apresentação evidencia a consciência da autora desse estudo em relação ao fato de que na rede pública municipal de ensino, no Estado do Ceará, mesmo com a afirmação na Constituição de 1988 e na LDB sobre o princípio da democratização na escolha dos gestores escolares, esse princípio ainda não tem

se efetivado. Mediante o exposto, o problema que gera a investigação deste trabalho se evidencia a partir da seguinte questão: como o gestor escolar pode contribuir para a formação ética e cidadã do educando do ensino fundamental?

O questionamento por ora formulado favorece levantar a seguinte hipótese: o critério de indicação para escolha de diretores escolares como ocorre nas unidades de ensino mantidas pelas secretarias municipais coloca em pauta de discussão a atuação ética dos gestores. Como os gestores podem oferecer educação ética e cidadã no contexto de unidades de ensino fundamental? Partindo da questão em apreciação se lança como objetivos específicos os seguintes pontos:

- a) Caracterizar a partir de uma leitura a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96) em que consiste a proposta de formação do educando para atuação como cidadão nos diferentes segmentos políticos e sociais em que esteja inserido.
- b) Evidenciar a partir de uma pesquisa documental no Centro de Educação Básica, em Morada Nova, no Estado do Ceará, a gestão democrática e participativa, articulada no contexto da referida instituição de ensino.
- c) Analisar os dados coletados na pesquisa documental (estudo de caso) realizada na instituição de ensino pesquisada, numa perspectiva de compreensão da efetivação ou não, na construção da gestão escolar ética, democrática e participativa.

O alcance dos objetivos destacados viabiliza o desenvolvimento de uma metodologia científica firmada em sucessivas leituras documentais e observações. No primeiro capítulo, faz-se o levantamento de concepções e comentários de autores que oferecem suporte à construção de um referencial teórico, caracterizando a pesquisa nesse primeiro momento como bibliográfica com uma abordagem qualitativa. Considerando ainda que se propõe analisar os conceitos de ética, gestão democrática, participação numa dimensão teórica e perceber como esses se articulam no seio de uma realidade educacional.

Considerando a pesquisa como bibliográfica pode-se dizer que esta se fundamenta em estudos de teóricos com destaque para nomes como Libâneo, Hora, Valérien, além de documentos da legislação educacional no caso específico a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entre outros pesquisadores acerca da questão da gestão democrática e participativa. Em se tratando da temática filosófica o estudo

toma por base apreciações de Aristóteles, Santo Agostinho e Kant com uma abordagem acerca da ética e sua abrangência no campo social.

Fundamentando-se na base teórica que se expõe no primeiro capítulo, parte-se para o segundo capítulo da pesquisa que consiste na descrição de documentos da escola PPP e observação de planejamento escolar, configurando-se a leitura numa perspectiva de uma análise da dimensão ética que os mesmos apresentam.

No terceiro capítulo, tem-se a análise dos resultados da pesquisa constituída de uma apreciação geral acerca do que fora obtido por meio das leituras formuladas ao material bibliográfico como aos documentos que compõe o contexto geral da gestão democrática e participativa da instituição de ensino pesquisada. No presente capítulo, são destacados resultados das observações diretas simples feitas durante os planejamentos e outros eventos promovidos na unidade de ensino.

Em síntese, a construção dos três capítulos que perfazem este trabalho dissertativo propõe ser um instrumento para futuras pesquisas e estudos e não tem, em nenhum momento, o propósito em finalizar a temática, o que seria inviável e descaracterizaria o caráter dialético que há no cerne geral do presente estudo.

1 GESTÃO ESCOLAR E ÉTICA – BASES TEÓRICAS

Os conceitos apresentados no contexto desta dissertação são produtos de transformações ocorridas ao longo dos anos 1980 e 90. Neste período, evidencia-se na esfera da política social e cultural brasileira a veiculação de ideias inovadoras e modernas, visando, entre outros pontos, a conquista de um espaço histórico movimentado pelos preceitos de democratização e autonomia, a ser vislumbrado pelos diferentes setores sócio-políticos e educacionais. Na atualidade defende-se a ideia de que

[...] políticas educacionais e organizativas devem ser compreendidas no quadro mais amplo das transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas que caracterizam o mundo contemporâneo.¹

A educação formal tem se firmado no contexto de inúmeras transformações de ordem social e cultural, evidenciando um período de intensas mobilizações de indivíduos e classes sociais, as quais postulam uma maior representatividade no cenário da política social brasileira. Advindo, assim, os ideais de democratização e participação nos mais diferentes projetos, articulados pelos diferentes segmentos que perfazem a educação nacional na atual conjuntura política e nacional.

Na ótica de Libâneo, as transformações observadas no cenário nacional brasileiro mobilizaram inúmeros setores da sociedade acarretando consequências como:

- a) exigem novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, o que provoca certa valorização da educação formadora de novas habilidades cognitivas e competências sociais e pessoais;
- b) levam o capitalismo a estabelecer, para a escola, finalidades mais compatíveis com os interesses do mercado;
- c) modificam os objetivos e as prioridades da escola;
- d) produzem modificações nos interesses, necessidades e valores escolares;
- e) forçam a escola a mudar suas práticas por causa do avanço tecnológico dos meios de comunicação e da introdução da informática;
- f) induzem alteração na atitude do professor e no trabalho docente, uma vez que os meios de comunicação e os demais recursos tecnológicos são muito motivadores.²

Percebe-se, portanto, nos pontos ressaltados pelo autor um nível de profundas consequências que as mudanças geraram no âmbito da sociedade, favorecendo, por

¹ LIBANEO, José Carlos *et al.* *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 42.

² LIBANEO, 2012, p. 62.

consequente, um campo diversificado a ser explorado pela educação formal. Sendo pertinente, neste sentido, a compreensão dos inúmeros conceitos que estão implícitos ao sistema educacional no seu todo.

1.1 Aspectos conceituais

As inovações conceituais observadas no cerne do sistema educacional brasileiro pós anos 1980 marcaram um período de transição entre modelos tradicionais e modernos de administração, consolidado a partir de aspectos legislativos evidenciados pela Constituição Federal (CF) de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (Lei nº9394/96).

Dentre os conceitos que sofreram modificações no seu campo temático pode-se destacar o de administração escolar, que na atualidade se configura como gestão escolar, considerando este na sua especificação como o marco de novos tempos no campo da administração, uma vez que enuncia interatividade e atuação dinâmica no âmbito sócio educacional. Neste sentido, convém salientar a conotação teórica e prática que se firma no referido conceito na esfera do sistema educacional vigente.

Mediante o estudo em exposição se propõe destacar que as inovações no campo da educação brasileira caminham em prol de mobilizações sócio-políticas, que viabilizem a promoção do indivíduo no exercício da cidadania. Favorecem, por conseguinte, “[...] promoção social e intelectual das camadas populares, preparar cidadãos resistentes à submissão realizada por projetos impostos de fora e de cima, e que não se permitem instrumentalizar pelo mercado.”³ Neste contexto, a educação se insere numa política de ação em que se veiculam ideias de gestão democrática e participativa, democratização e participação de todos que estão envolvidos no sistema educacional numa perspectiva de construção de uma escola de qualidade que atenda aos interesses de todos.⁴

Tomando como fundamentação as concepções de Hora acerca das inovações observadas no campo da política educacional brasileira, compreende-se que no cerne dos conceitos de gestão democrática, democratização do ensino, participação integrada dos indivíduos que constituem a escola na esfera da sociedade contemporânea se prima pela formação de “[...] sujeitos políticos ativos e capazes de responsabilidades sociais, de

³ HORA, Dinair Leal da. *Gestão educacional democrática*. Campinas-SP: Editora Alinea, 2007. p. 21.

⁴ LIBANEO, 2012, p. 62.

reinventar o mundo e recriar um Estado realmente público”.⁵ As considerações em exposições remetem a necessidade de uma maior compreensão da extensão dos conceitos que norteiam a projeção pela construção de uma escola participativa, democrática e ética. Foco este que norteia o estudo proposto nesta dissertação.

1.1.1 Gestão Escolar

Valérien apresenta o conceito de gestão, como uma expressão que surgiu a partir das mudanças de paradigmas no sistema educacional brasileiro, após a abertura política advinda com a Nova República (1985 aos dias atuais). Esta fase da política brasileira exercitou um movimento de participação consciente e esclarecida das pessoas no que diz respeito às decisões tomadas e posicionamentos ao planejamento e execução dos trabalhos articulados e desenvolvidos no âmbito escolar.⁶

Conforme concepção do autor anteriormente citado, na atualidade, o conceito de gestão está vinculado aos preceitos de fortalecimento da democratização do processo pedagógico, onde se perpetua a ideia de participação de todos os envolvidos no sistema da educação nacional no que compreende a perspectiva de alcance de objetivos comuns em prol do avanço nas propostas de ensino de modo a garantir uma administração significativa, em que se prime pela formação integral do educando e também o bem estar de todos aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos neste contexto.⁷ Na gestão escolar, conforme acentua Libâneo, estão implícitos os seguintes objetivos:

- a) Promover as condições, os meios e todos os recursos necessários para o ótimo funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula; b) Promover o envolvimento das pessoas no trabalho, por meio da participação, e fazer a avaliação e o acompanhamento dessa participação; c) Garantir a realização da aprendizagem para todos os alunos.⁸

A escola vista como um ambiente dinâmico e de aprendizagem não é uma propriedade do estado ou do município e muito menos do núcleo gestor ou do gestor. Ela pertence à comunidade e a todos que estão envolvidos no seu desenvolvimento: professores, alunos, pais, servidores e comunidade civil. Neste sentido, a gestão democrática valoriza a participação destas pessoas nos processos de construção da educação. Participar, no entanto,

⁵ HORA, 2007, p. 21.

⁶ VELERIEEN, Jean, DIAS, João Augusto. *Gestão da escola fundamental*: subsídios para análise e sugestão de aperfeiçoamento. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO/MEC, 1993. p. 15.

⁷ VELERIEEN; DIAS, 1993, p. 15.

⁸ LIBÂNEO, 2012, p. 412.

vai além de ir à escola saber como o filho está, ou ir a uma reunião corriqueira, ou ajudar na organização para um evento ou ainda contribuir com uma ação de caridade, no caso, desenvolvida pela escola. Em uma gestão que se diz democrática, participar é ter o direito de opinar em uma tomada de decisão, no planejamento das metas e dos objetivos da escola, é estar presente nos planejamentos do ano letivo e nos direcionamentos dos recursos que vão beneficiar a escola. Participação, portanto, se constitui de todos trabalhando dentro da escola com um mesmo objetivo, cada um desempenhando seu papel de forma efetiva e eficaz, buscando o bem da unidade.

Frente à perspectiva de avanços e conquistas observadas no campo da gestão escolar a figura do gestor tem sido posto em discussão e análise, uma vez que este “[...] é cada vez mais obrigado a levar em consideração a evolução da ideia de democracia, que conduz o conjunto de professores, e mesmo os agentes locais, à maior participação, à maior implicação nas tomadas de decisão”.⁹

Mesmo vivenciando um momento de democratização na educação, ainda é possível se deparar com gestores que acreditam serem os donos da escola e que por isso agem de forma centralizadora e ditatorial. Não aceitam a opinião dos outros. Às vezes até pedem, mas no final o que vale é o que eles pensam e não estimulam a participação dos seus colaboradores. Ao assumir a gestão escolar, o gestor precisa entender que a escola é um ambiente dinâmico e que não pode conduzir sozinho tudo que acontece em seu dia a dia. O gestor escolar precisa da ajuda de todos que fazem parte de seu grupo de trabalho.

Para que a escola cresça e a educação aconteça, o gestor precisa dar vida aos organismos de participação dentro da escola. A saber, o conselho escolar, o coletivo de professores, a associação de pais e mestres (APM) e o grêmio estudantil. Dessa forma, haverá maior contribuição, mais dinamicidade, e a escola se tornará viva e atuante. A comunidade escolar, por sua vez, se sentirá muito mais valorizada e comprometida.

No âmbito da questão ressaltada, pode-se dizer que na esfera do conceito de gestor se faz presente uma dimensão pedagógica e política, o que reforça a ideia de uma administração escolar interativa e participativa. Neste novo parâmetro que enfatiza a figura do gestor escolar, percebe-se que os antigos fundamentos da administração escolar ficaram insuficientes. Embora tenham tido uma ampla importância em períodos em que esteve em

⁹ VELERIEN; DIAS, 1993, p. 15.

vigor, à administração centralizadora e dominadora não se fazem mais capazes de suprir de maneira significativa às necessidades observadas no campo da educação formal.

O que se pode ressaltar em meio a toda uma conjuntura de mudanças e inovações é que o conceito de administração escolar para gestão escolar se deu em virtude de todo um panorama, que veio se construindo a partir das inovações e transformações. Estas foram pouco a pouco verificadas em diferentes setores sócio-políticos, educacionais e culturais que marcaram os novos tempos, onde as mudanças se fazem expressivas em diferentes setores da sociedade. Neste aspecto, é pertinente salientar que:

Mudanças, inovações, alterações, transformações, conversões, modificações e outros tantos termos, modernamente muito utilizados, significam que alguma coisa, um fato, uma pessoa ou instituição deixa de ser o que era e assume, qualitativamente e/ou quantitativamente, outro caráter, outra identidade e, até mesmo, outra forma ou conteúdo.¹⁰

Segundo Santos, “nos tempos atuais, a educação mudará mais do que já mudou desde a criação da escola ‘moderna’, há 300 anos”.¹¹ Neste sentido, as mudanças no campo da educação têm sido observadas em muitos casos em atitudes de educadores que estão buscando, a cada dia, se qualificarem e se inserirem no processo geral de uma educação de qualidade.

As transformações observadas no campo social e político brasileiro podem ser compreendidos a partir das considerações de Lück quando resalta que, nos anos 80, se fez evidente o movimento a favor da descentralização e democratização da gestão das escolas públicas. Advieram, então, a partir deste contexto, inúmeras reformas educacionais e proposições legislativas, primando pelo fortalecimento da gestão democrática e, conseqüentemente, buscando a qualidade do sistema de ensino vigente.¹²

Vale ressaltar que a Constituição Federal Brasileira (CF) de 1988 resalta a gestão democrática nos setores públicos de ensino, enfatizando, art. 205 e 206, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando à formação do cidadão. De acordo com o artigo 206 da CF, o ensino deve se firmar nos seguintes princípios:

- I. Igualdade de condição para o acesso e permanência na escola;

¹⁰ SANTOS, Ana Lúcia Félix. Gestão Democrática da Escola: bases Epistemológicas, Políticas e Pedagógicas. In: *Anais da 29ª Reunião Anual da Anped*, Caxambu/MG, 2008. p. 21. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT05-2114--Int.pdf>>. Acesso em 14 de abril de 2014.

¹¹ SANTOS, 2008, p. 21.

¹² LÜCK, Heloisa. *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 18.

- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituição pública e privada de ensino;
- IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V. Valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

Valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

Valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 de 1988.).

Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma de lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas (Redação da pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006);
- VI. Gestão democrática do ensino público na forma da lei;
- VII. Garantia de padrão de qualidade;
- VIII. Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública nos termos da lei federal (incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).¹³

Os princípios expostos foram difundidos ainda na LDB, ampliando a ideia de democratização do ensino brasileiro ao destacar em seu inciso I artigo 13 a participação dos profissionais e da comunidade na elaboração da proposta pedagógica da escola. Convém ainda salientar que o artigo 15 do inciso já citado referenda a projeção de uma progressiva conquista da autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares. Neste sentido, é pertinente salientar que:

A escola, como instituição social, precisa acompanhar as mudanças da sociedade e assumir outras funções, e principalmente contribuir para o desenvolvimento da capacidade de pensar e de atuar com autonomia, compreendendo e redefinindo os objetivos explícitos e latentes do processo de socialização.¹⁴

Muito mais do que trabalhar com conteúdos curriculares a escola na atualidade tem como função preparar e inserir o educando em diferentes contextos sociais, dando

¹³ CONSTITUIÇÃO Federal Brasileira de 1988, Art. 205 e 206. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

¹⁴ SANTOS, 2008, p. 27.

oportunidade para que os mesmos desenvolvam suas múltiplas habilidades e competências. Neste sentido, compreende-se que:

É necessário levar em consideração o “currículo oculto”, isto é, os conhecimentos prévios do aluno, com a finalidade de prepará-lo para pensar e agir democraticamente em uma sociedade nem sempre democrática. Também, para não aceitar a classificação prematura dos indivíduos pela origem racial, social ou econômica, ao admitir que alguns têm mais possibilidades que outros, perpetuando, assim, as chamadas elites ou classes dominantes.¹⁵

A escola, na atual conjuntura política e social em que se encontra inserida, expressa uma ampla responsabilidade nos mais diferentes aspectos da sociedade em constante transformação, gerando, por conseguinte, atuação diversificada em termos de propostas e perspectivas da política educacional que representa.

A dimensão política e social que a escola assume a partir da ideia de gestão, conforme Hengemuhle se vincula ao projeto de estímulo da inteligência, considerando que o educando possa contar com um contingente amplo de estimuladores da sua participação como sujeito do processo histórico, político e social do qual ele está inserido.¹⁶

Na concepção de Kosik, a transformação dos conceitos que compreendem a vida em sociedade provém das modificações dialéticas pelas quais as ações e reações dos indivíduos manifestam e nas quais, conseqüentemente, se veem inseridos. A gestão escolar toma, certamente, um novo prisma de administração, superando as limitações do antigo modo de gerir as atividades e serviços de teor educacional, demarcando assim um novo panorama na história da educação brasileira.¹⁷

As considerações até o momento destacadas apontam para uma maior abrangência do conceito de gestão escolar. Estão implícitas conotações como democratização do processo de ensino, autonomia dos profissionais da educação, integração de ações e valores, princípios e ideologias interativas e democráticas.

Fundamentando-se no pensamento de Kosik pode-se dizer que, no conceito de gestão escolar se insere a ideia de que a instituição a qual se está gerindo é passiva de mudanças desde que se faça necessária, contanto para tanto com a consciência dos gestores que as mudanças devem ser colocadas em discussão por todos aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos com a instituição. Tal consciência gera novas perspectivas e

¹⁵ SANTOS, 2008, p. 28.

¹⁶ HENGEMUHLE, Adelar. *Gestão de ensino e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2004.

¹⁷ KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. Célia Neves, Célia e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

estratégias de planejamento o que favorece a construção da práxis (ação, reflexão, transformação).¹⁸

Partindo das concepções de Delors em relação à gestão escolar, compreende-se que a gestão democrática figura como uma estratégia de gerir uma instituição de modo que se perceba a participação, transparência e democracia nas ações que favorecem a sua funcionalidade. Compreende o autor que a educação tem como principal responsabilidade oferecer ao ser social condições para viver num mundo solidário, humano e ético. Neste sentido, cabem aos gestores, propiciar mediante atividades educacionais, os meios que garantam a construção de uma escola interativa, participativa e democrática.¹⁹

Apesar de esforços, do desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo da educação moderna percebe-se que há muitos elementos que impedem a articulação de elementos essenciais para a construção de uma escola participativa como a falta de consciência da importância de um trabalho coletivo e participativo na construção de uma sociedade. Sociedade que garanta de maneira plena o bem estar de todos.

Um dos principais elementos que a educação formal carece segundo Fonseca é do espírito de autogestão, ou seja, a capacidade do indivíduo de administrar de maneira que se torne um ser consciente de que é preciso dar suporte para que a gestão democrática tenha o seu desenvolvimento. Isto a partir da autoconsciência em direcionar maneiras a oferecer condições para que a participação e integração de todos possa ser um fato real e não apenas um mero ideal de política educacional.²⁰

No conceito de gestão escolar, se percebe a existência de um sentido de fundamental importância na esfera da proposta de uma gestão interativa, participativa e democrática, a saber, a ideia de liderança. Considerando que o gestor deve se posicionar como um líder, temática esta acentuada por Fonseca.²¹

Chiavenato dimensiona o conceito acima citado ao conceber a liderança como a união entre as competências de comunicação e a veiculação de ideias, considerando o líder como o indivíduo que se mostra capaz de unir grupos, representá-los e promover a integração

¹⁸ KOSIK, 2010.

¹⁹ DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. 6ª ed. São Paulo: Cortez; DF: MEC: UNESCO, 2001. (Relatório para UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI).

²⁰ FONSECA, M. et al. Projeto político-pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar. Cadernos CEDES, v. 23, n. 61, Campinas, dez, 2003. p. 53.

²¹ FONSECA et al, 2003, p. 53.

de ideias comuns visando à integração de valores, ideologias e metas, intensificando, portanto, a ideia de participação.²² Considera-se, com isso:

[...] a participação é um direito e um dever de todos que integram uma sociedade democrática, ou seja, participação e democracia são dois conceitos estritamente associados [...]. A escola como instituição social tem a possibilidade de construir a democracia como forma de convivência humana.²³

Tomando como fundamentação estas concepções pode-se dizer que o gestor escolar, dentro de uma projeção pela democratização e participação de todos em prol de uma educação participativa, deve ser um líder, se mostrar capaz de integrar forças e propósitos pela edificação de uma escola de qualidade. Além disso, uma escola que atenda as aspirações de todos os que nela estejam inseridos direta ou indiretamente.

As considerações ressaltadas em torno do conceito de gestão escolar deixam expressa a complexidade que o tema possui, salientando ainda a sua dimensão política e social. Considerando que diz respeito à formulação da construção de um padrão de eficiência e qualidade do sistema educacional de maneira que subsidie uma educação de qualidade para todos.

Nesta esfera de complexidade, percebe-se que são inúmeros os percalços que inviabilizam a construção de uma gestão democrática e participativa: a falta de consciência da importância de integração de todos em prol da construção da escola interativa e participativa como um dos principais elementos. Ou seja, há por parte dos indivíduos a não consciência da necessidade e significação que existe a participação de todos em prol de um projeto de construção de uma educação qualitativa e eficaz.

Compreende-se que, as mudanças observadas na sociedade levaram também a uma mudança na concepção de educação e, sobretudo, uma mudança quanto ao papel que cabe aos educandos, aos pais, à comunidade docente e à sociedade civil. Isto ensejou uma mudança na forma de conduzir a escola.

Em síntese, as mudanças políticas e sociais observadas no cerne da educação formal precisam ser apreciadas e difundidas no contexto das unidades de ensino de educação básica, (ensino fundamental e médio) para que o ideal de uma escola de qualidade atenda as aspirações e possa ser conquistado por todos aqueles que estão inseridos à mesma. Configurando a escola como um espaço aberto em que todos através de uma participação

²² CHIAVENATO, I. *Administração nos novos tempos*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

²³ HORA, 2002, p. 53.

integrada construam condições para o alcance do bem comum. Neste contexto, as discussões em torno da temática ética na educação devem ser prementes para que se possa ter a construção de uma educação de qualidade.

1.1.2 Ética na Educação

Nunca se discutiu tanto sobre questões éticas na esfera da sociedade como nos tempos atuais. As transformações técnicas e científicas observadas no mundo trouxeram consequências múltiplas, entre estas se podem mencionar as alterações em termos de comportamento dos indivíduos. As transformações de comportamentos dos indivíduos na atualidade podem ser vistas como consequências da afirmação de uma política social que caracteriza o ser humano como sujeito e objeto do processo histórico, marco essencial da concepção marxista.²⁴

Em meio a todo este contexto de transformação, o ser humano se insere na sociedade com a perspectiva da conquista do estado de bem estar. Questão esta que também se mostra evidente no âmbito escolar quando se prima pela conquista de um padrão de qualidade da educação. Neste aspecto é pertinente discutir acerca da dimensão ética a ser observada no âmbito educacional, “[...] a ética como uma reflexão crítica sobre a moralidade, sobre a dimensão moral do comportamento do ser humano”.²⁵

Os princípios éticos compreendem maneiras de agir que favoreçam o respeito e o bem estar de todos em prol da construção de uma sociedade onde todos tenham os seus direitos garantidos. Uma gestão escolar ética pode favorecer a conquista da qualidade da educação que tanto se cogita nas unidades de ensino atuais. Compreende-se que a ética pode ser vista como um mecanismo de medição das ações das pessoas que tenciona articular uma reflexão em relação a moral que se constitui a partir do estabelecimento das normas que dão base a sociedade. A existência das normas e regras que se observam no âmbito das diferentes sociedades tem como finalidade a garantia do estado de bem estar aos indivíduos. Sendo assim, Vásquez ressalta que por moral se compreende “[...] um conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social”.²⁶ Esse conjunto de

²⁴ Para Karl Marx (1985), somente os indivíduos reais atuando sobre as suas condições materiais de existência promovem a história, ou seja, as ideias produzidas pelos indivíduos articulam o processo da história das sociedades. MARX, Karl. *A ideologia alemã e outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

²⁵ RIOS, Terezinha Azeredo. *Ética e competência*. 11 edição. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p. 23. (Col. Questões da nossa época)

²⁶ VÁSQUEZ apud RIOS, 1999, p. 22.

regras que os indivíduos sociais seguem para viver de maneira plena, agindo de modo correto em sociedade é, segundo Kant, o que prescreve o fundamento do direito.²⁷

Segundo Rios quem oferece suporte as regras e normas expressas no meio social e legitimam os direitos e deveres que edificam um padrão moral social são os próprios indivíduos em sua relação com a natureza e com os seus semelhantes.²⁸ Neste sentido, compreende-se que:

É no espaço da moralidade que aprovamos ou reprovamos o comportamento dos sujeitos, que o designamos como correto ou incorreto. Quando indagamos: como agir como mulher? como agir como jovem? como agir enquanto educador? estamos embutindo em nossa pergunta a expressão “corretamente” como agir corretamente como...? Pois há sempre uma expectativa em relação ao desempenho dos papéis, desempenho que se aceita ou se rejeita socialmente.²⁹

A vida em sociedade pressupõe-se, portanto, o seguimento de padrões que são determinados pelos próprios homens para que se viva de maneira em que todos os indivíduos tenham legitimados os seus direitos e, conseqüentemente, sigam seus deveres. Por conseguinte, observado neste contexto a relação de poder definido como a integração “[...] entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina malgrado seu comportamento.”³⁰

Na busca pela construção de uma sociedade em que se exigem cumprimentos de deveres e prima-se pelo direito dos indivíduos está implícito a ideia de felicidade, configurando o que se observa na ética aristotélica. Tendo em vista que segundo Aristóteles o que legitima as lutas e perspectivas dos indivíduos na esfera da sociedade é a conquista de um estado de bem estar, que popularmente se denomina de felicidade (*eudaimonia*). Conquista essa que só é possível no âmbito da cidade (*polis* grega), onde os homens se unem na intenção de constituírem forças e assim edificarem os parâmetros gerais que levam a conquista do bem comum.³¹

Botler contextualiza as discussões em torno da temática ora salientada, no cenário brasileiro, ao momento de discussões por clareza e objetividade no campo político-social da nação a partir do ano de 1990, quando se registrou o pedido de renúncia do Presidente da

²⁷ Kant acentua o direito como um conjunto de regras as quais o indivíduo social deve seguir para que assim possa viver de maneira digna no contexto da sociedade, seguindo preceitos éticos e morais que possam conduzir o bem estar de todos. KANT, Immanuel. *Doutrina do Direito*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Ícone, 1993. (Fundamentos do Direito)

²⁸ RIOS, 1999, p. 22.

²⁹ RIOS, 1999, p. 22.

³⁰ BOBBIO *apud* RIOS, 1999, p. 23.

³¹ ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In: *Os pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1998. p. 49.

República Fernando Collor de Mello. Neste período, o país passava por uma forte crise social e administrativa, gerando, por conseguinte, perspectivas de discussões as quais pudessem oferecer um novo panorama sócio-político e administrativo. Acentua a autora que

[...] os educadores são levados a assumir uma postura crítica e política frente às questões sociais enfrentadas. Esta discussão filosófica buscou ir além da explicação da descrição dos fatos da realidade, para buscar o sentido dessa realidade, seus fundamentos, suas verdades.³²

A perspectiva de formação educacional ética e política, no âmbito da política educacional brasileira, passam a ser vislumbrada como um dos elementos necessários a ser trabalhado na esfera da educação formal, considerando que tal elemento se mostra preciso na formação da cidadania do indivíduo social brasileiro.

Rios acentua que: “[...] a dimensão ética vem sendo apontada como mediadora entre a dimensão técnica (tão valorizada na pedagogia tradicional) e a dimensão política (supervalorizada na perspectiva educacional crítica).³³ Nas palavras da autora se percebe o sentido da junção de conceitos e sentidos que se tem na esfera do caráter ético, existentes nos mais diferentes contextos sócio educacionais. Esclarece a autora que

A ética vem, então, veiculada junto à possibilidade de ser estabelecida uma ação pedagógica metodologicamente bem articulada com uma perspectiva crítica e transformadora e passa, necessariamente, pela revisão crítica de conceitos e valores morais que, se antes eram instituídos previamente pela "sociedade" ("os outros"), agora passam a fazer parte da análise que cada indivíduo deve desenvolver, via postura reflexiva.³⁴

O sentido expresso de ética nas palavras de Rios configura-se como juízo crítico de valores morais que dão base à análise da organização escolar e, conseqüentemente, o sentido de cultura que se encontra implícito na projeção de uma educação formal cidadã. Na concepção das autoras aqui citadas, a concretização de uma postura ética na sociedade está condicionada a cultura que se firma aos valores e costumes, ideias e preceitos que são defendidos pelos indivíduos. Em síntese:

Cultura é um estruturante profundo do cotidiano de qualquer grupo social, é um campo no qual travam-se lutas em torno do processo de significação de um mundo que é social. Os conflitos da esfera cultural derivam da divergência de interesses entre diferentes grupos e da tentativa, por parte de alguns grupos, de impor seus

³² BOTLER, Alice Happ. Ética na gestão escolar. *Caderno de Estudos Sociais*, vol. 22, n. 2, p. 143-152/jul., Recife, 2006. p. 143.

³³ RIOS, 1999 apud BOTLER, 2006, p. 143.

³⁴ BOTLER, 2006, p. 143.

significados aos demais. Cultura é, portanto, esfera de lutas, de diferenças, de relações de poder desiguais. [...] Cultura é produto da intervenção intencional e consciente dos homens na realidade, é o elemento distintivo dos homens dos outros animais. Em outras palavras, cultura pode ser definida *como mundo transformado pelos homens*.³⁵

As perspectivas de desenvolvimento de uma política social ética têm deixado evidente no seio dos agrupamentos humanos como um fator primordial para a estruturação de meio social em que se percebem avanços e transformações. Certamente, a conquista de um padrão de vida qualitativa. Compreender a dimensão das transformações e buscar formas de amenizar os conflitos gerados pelos grupos sociais tem sido um dos principais fatores articulados nos projetos educacionais, dando a escola uma função que ultrapassa o campo da pedagogia.

Considerando que por meio das diferentes culturas os homens promovem a transformação do meio em que fazem parte, pode-se dizer que na atualidade as unidades de ensino públicas ou privadas têm sido mediatizadas em seus trabalhos a partir da noção de uma cultura diversificada. Atrelando assim aos meios sócio-políticos e pedagógicos as diferentes perspectivas e projeções pela superação das necessidades daqueles que estão inseridos à mesma.

No que diz respeito à educação pública, temática em que se propõe colocar em apreciação nesta dissertação, a projeção pela conquista de um padrão de educação eficiente e funcional tem sido almejada por todos aqueles que estão direta ou indiretamente vinculados à mesma, uma vez que se propõe atender os preceitos que são defendidos pela legislação da educação nacional evidenciada tanto pela Constituição Federal de 1988 como pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esses marcos legais reforçam as perspectivas de uma educação democrática e participativa.

A ideia de democratização e participação a serem listadas como pilares básicos da educação formal brasileira se firmam na perspectiva de que haja a integração de todos na escola. Evidencia-se a importância da formação de um elo que preze pela valorização de princípios como respeito, autogestão, transparência nas ações. Estes viabilizam a educação de qualidade, o que se firma na ideia de que o ensino oferecido pelas instituições escolares possa:

a) formar indivíduos capazes de pensar e aprender permanentemente (capacitação permanente) em um contexto de avanço das tecnologias de produção e de modificação da organização do trabalho, das relações contratuais capital-trabalho e

³⁵ CHAUI, 1997 apud BOTLE, 2006, p. 144.

dos tipos de emprego; b) prover formação global que constitua um patamar para atender à necessidade de maior e melhor qualificação profissional, de preparação tecnológica e de desenvolvimento de atitudes e disposições para a vida numa sociedade técnico-informacional; c) desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania; d) formar cidadãos éticos e solidários.³⁶

Os pontos listados permitem que se perceba o grau de complexidade e abrangência que atualmente a escola tem que colocar como elementos essenciais a serem trabalhados no contexto geral de sua programação sócio-política e educacional, tendo sempre como meta oferecer o melhor para todos aqueles que estão direta ou indiretamente ligados à mesma.

No campo de discussões acerca da ética, percebe-se que a pergunta que norteia o questionamento pode ser inserida na seguinte indagação: qual seria o ideal da vida ética? Para responder a referida pergunta neste estudo recorrem-se as considerações de Yves de La Taille, Santo Agostinho e Aristóteles. Em se tratando do primeiro teórico aqui citado, procurar o sentido para a vida tem sido um dos pontos essenciais de discussão dos indivíduos ao longo de toda história das civilizações.

Aristóteles ressalta que todas as coisas possuem uma causa final, uma finalidade, uma teleologia.³⁷ Este ponto é o fundamento de suas argumentações neste campo de estudo. Acentua, portanto, que: “[...] Toda arte e toda investigação, assim como toda ação e toda escolha, tem em mira um bem qualquer, e por isso foi dito, com muito acerto, que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem”.³⁸

Conquistar o bem figura como uma das principais perspectivas do ser humano. Os indivíduos perseguem o bem. Na multiplicidade das coisas e dos elementos que se buscam o fim das artes arquitetônicas, por excelência a política, a arte superior e significativa, tendo como objeto maior as coisas belas e justas. Compreende-se que para Aristóteles o foco da ética está no que é possível aos homens atingir, e a ideia do bem não seria algo passivo de conhecimento. Neste aspecto comenta que:

[...] mesmo ainda que exista algum bem único que seja universalmente predicável dos bens ou capaz de existência separada e independente, é claro que ele não poderia ser realizado nem alcançado pelo ser humano; mas o que nós buscamos aqui é algo de atingível.³⁹

³⁶ LIBÂNEO, 2012, p. 62.

³⁷ Aristóteles chamou sua “ciência primeira”, a metafísica, de teologia, entendeu-a ao mesmo tempo ciência do ser, ou seja, da substância eterna, imóvel e separada de Deus. ABBAGNANO, 2007, p. 950.

³⁸ ARISTÓTELES, 1998, p. 49.

³⁹ ARISTÓTELES, 1998, p. 54.

Conforme Aristóteles, o bem universal a que tanto o ser humano aspira figura como algo que se pretende chegar a partir das ações, ou seja, as ações dos indivíduos se direcionam a fins e cada fim é um bem. Não se pode falar de um bem universal, mas sim de bens próprios que se promovem de escolhas intencionais. Neste sentido, pode-se dizer:

[...] como a palavra “bem” tem tantos sentidos quantos “ser” (visto que é predicada tanto na categoria de substância, como de Deus e da razão, quanto na de qualidade, isto é, daquilo que é moderado; na de relação, isto é, do útil; na de tempo, isto é, da oportunidade apropriada; na de espaço, isto é, do lugar apropriado, etc) está claro que o bem não pode ser algo único e universalmente presente, pois se assim fosse não poderia ser predicado em todas as categorias, mas somente numa.⁴⁰

Na concepção aristotélica toda conquista do ser humano tem uma ligação com alguém ou algo, ou seja, os indivíduos estabelecem objetivos cujas realizações potenciais constituem bens visados, sempre relativos à ação e aos meios empregados. Para o citado filósofo não poderia haver uma cadeia infinita de finalidades, seria preciso que existisse um bem supremo. Este é desejado de maneira indistintamente e recebe o nome de felicidade, “[...] algo absoluto e, autossuficiente, sendo também a finalidade da ação”.⁴¹ O bem supremo que os indivíduos desejam é a conquista de uma vida feliz. Já na visão de Agostinho tudo o que há no mundo provém de Deus. Portanto, propõe a seguinte reflexão:

Donde podia vir semelhante criatura, se não de Vós, Senhor? Alguém pode ser artífice de si mesmo? Ou pode derivar-se doutra parte algum manancial por onde corram até nós o ser e a vida, diferente do que nos dois, Senhor – Vós, em quem sois o ser supremo, e Suprema Vida?⁴²

Construir condições para alcançar a felicidade deve ser o foco das ações dos homens na sociedade contemporânea; viver de maneira que se conquiste o bem estar efetivando uma vida de realizações é o que figura como objetivo maior da vida ética. Para Agostinho, esta conquista pode ser alcançada a partir da relação do ser humano com Deus e não na mera relação dos homens com o mundo material.

Para La Taille, no contexto do século XXI, encontrar resposta para a conquista da “vida boa” perpassa por um amplo leque de conteúdos em que se fazem presentes elementos como dinheiro, amor, sexo, sucesso profissional, paixões, glória, poder, emoções e uma gama de outros pontos que os indivíduos consideram como essenciais para a construção de uma

⁴⁰ ARISTOTELES, 1998, p. 53.

⁴¹ ARISTOTELES, 1998, p. 55.

⁴² ARISTÓTELES, 1998, p. 29.

vida plena. Na concepção do autor, ao definir o que configura a vida boa ou felicidade ou estado de bem estar:

No emaranhado de teses sobre definições e meios de atingir este “supremo bem” que é a felicidade, é preciso provermo-nos de um método de análise, de passos que logre nos aproximar de características minimamente convincentes para definir o plano ético.⁴³

O processo de análise proposto pelo autor consiste em primeiro plano fazer uma apreciação acerca de onde provém a vida boa, se é oriunda de condições objetivas e mensuráveis ou se tem origem em experiências subjetivas. Neste sentido, a compreensão sobre o que possa ser visto como vida boa ou felicidade consiste numa autoanálise onde o indivíduo se indaga sobre as sensações que sente em relação a sua própria vida.

Um segundo plano que se deve levar em conta numa análise sobre a vida boa, segundo propõe La Taille, consiste em relacionar o sentir-se feliz com o fluxo da vida. Neste sentido, o autor considera que a felicidade figura como uma constância, levando em conta todo um processo de vida e não apenas um fato isolado na vida.⁴⁴ Sob essa perspectiva, o pensamento de La Taille comunga com a concepção de Aristóteles, uma vez que na visão aristotélica a conquista da felicidade é processual sendo alcançada a cada dia e a cada segundo de vida.

Na concepção de Agostinho todos os homens têm como meta atingir a felicidade. Assim relata: “[...] Não sou eu o único, nem são poucos os que desejam. Todos, absolutamente todos, querem ser felizes”.⁴⁵ Tomando por esse ângulo compreende-se que a ética para o Santo Padre consiste na busca pela felicidade, estando esta em Deus, única forma de ser feliz.

A ética em Agostinho pressupõe a existência da união entre os homens, da profissão da fé e da integração entre os irmãos, onde possa haver a caridade, o respeito e outros preceitos de virtude. Sendo assim postula:

Repartamos o nosso pão com os que têm fome, alojemos em nossa casa o pobre sem o abrigo, vistamos os nus e não desprezemos os que “habitando sobe o mesmo teto, são nossos semelhantes” [...] se quiser conseguir a vida, guarde os mandamentos, e aparte de si a amargura da malícia e na iniquidade; que não mate, não cometa

⁴³ TAILLE, Yves de La. *Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 37.

⁴⁴ TAILLE, 2007, p. 37.

⁴⁵ AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos, S. J., e. A. Ambrósio de Pina, S. J. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 211. (Col. Os Pensadores).

adultério, não roube, não pronuncie falsos testemunhos, para que apareça a “terra enxuta” e germine o respeito ao pai e à mãe, e o amor ao próximo.⁴⁶

Ser ético para Agostinho pressupõe viver em harmonia, se livrar de orgulhos, não ver o seu próximo como um competidor, mas sim como um irmão. Compreender que o prazer não se encontra nas coisas materiais, mas na realização plena da subjetividade humana. Neste sentido, ressalta o filósofo que “[...] as paixões e a esperança de honras e dinheiro já não me animam”.⁴⁷ Afastar-se da materialidade e compreender que é Deus que provém tudo o que possa imaginar e que poderá suprir as necessidades dos seres humanos é estar numa dimensão ética, conforme o pensamento do santo padre.

Em Agostinho e Aristóteles percebe-se uma comunhão de pensamentos, considerando que os mesmos acentuam que oferecer condições para que se possa construir uma vida feliz deve figurar como o principal objetivo do ser humano no contexto da sociedade. Viver de maneira que possa conquistar o bem-estar ou a felicidade pressupõe na concepção dos citados filósofos, um comungar de virtudes com os seus semelhantes. Ter uma vida de realizações, pontuando assim uma vida de respeito mútuo e realizações, onde se possa perceber o respeito e a cordialidade entre os seres humanos.

Fundamentando-se nas concepções dos filósofos citados neste capítulo, pode-se dizer que todos os atos dos indivíduos devem ser guiados pela procura do bem que se identifica com a felicidade. A filosofia tanto de Aristóteles como Agostinho é *eudaimonista*. A sociedade civil como maior lema do viver bem. Sendo assim, todas as instituições que estão interligadas a esta tem como foco a realização de uma estrutura sólida que promova a felicidade de todos.

As considerações alusivas à felicidade sejam no pensamento de Agostinho ou de Aristóteles, se dirigem a questão do processo de vida que o indivíduo apresenta no seu dia a dia. Ou seja, as ações que os indivíduos põem em prática no cotidiano; em Aristóteles relacionado à prática de virtudes e em Agostinho ao seguimento dos preceitos de Deus.

Em Aristóteles, o ser humano que pratica as virtudes tende a felicidade. Em síntese, a fundamentação da ética aristotélica está interligada a ações nobres e virtuosas postas em prática no transcorrer da vida do indivíduo. Neste sentido, compreende-se que o conceito de felicidade postulado pelo filósofo não condiz com a ideia expressa no senso comum, que

⁴⁶ AGOSTINHO, 1999, p. 298-300.

⁴⁷ AGOSTINHO, 1999, p. 152.

tende a identificar a vida feliz como aquela em que se caracteriza por ser contemplada por prazeres e riquezas.

Em sentido geral, pode-se dizer que na concepção aristotélica a felicidade está interligada ao bem, as virtudes, a alma. Portanto, não ao corpo ou aos bens exteriores. Na alma se conservam as virtudes e partindo destas é que se atingem os bens exteriores, dando suporte para a realização do indivíduo que passa a se considerar feliz.

O ideal da vida ética, tomando como fundamentação os comentários apresentados por La Taille, Agostinho e Aristóteles, explanados ao longo deste capítulo, se firma nas relações entre os indivíduos, de modo que se possa ter construído o respeito; um dos principais elementos que na atual conjuntura social e política brasileira tem sido por demais necessárias para a construção de uma sociedade sadia.

Além do respeito, como fator ético, pode-se ressaltar ainda a conduta do indivíduo em ações políticas que não firam o direito dos seus semelhantes, que legitimem os ideais de integração e participação de todos em prol da construção de uma sociedade justa, onde se cumpram direitos e deveres; assim como se postule o bem estar de todos, formando uma sociedade onde todos se sintam parte desta.

No contexto da educação formal, a integração entre os elementos que compõem a estrutura escolar encontram-se aspectos como respeito, interação e consciência política. Estas se apresentam como fatores essenciais que favorecem a conquista da qualidade dos trabalhos e serviços prestados a comunidade. Neste sentido, é pertinente salientar:

A gestão democrática deve ser um instrumento de transformação das práticas escolares, não a sua reiteração. Este é o seu maior desafio, pois envolverá, necessariamente, a formulação de um novo projeto pedagógico. A abertura dos portões e muros escolares deve estar acompanhada da nova proposta pedagógica que a exija. Se as escolas não estiverem predispostas a essa mudança, a gestão e a melhoria da qualidade serão expressões esvaziadas de qualquer conteúdo substantivo.⁴⁸

Em se tratando da gestão democrática e participativa, a ética é exposta como um fator primordial para a construção de um processo de trabalho significativo, eficiente e eficaz. É elencado como ponto básico a ser trilhado pelos educadores que visam à integração e a conquista de uma educação qualitativa e expressiva para todos.

⁴⁸ SPÓSITO, Marília Pontes. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, João Baptista (Org.). *Gestão Democrática*. 4ª edição. Rio de Janeiro: DP&A/SEPE, 2005. p. 35.

O respeito, questão salientada no cerne deste estudo como elemento essencial para a construção da educação de qualidade, é compreendido como fator básico para a conquista da participação escolar. Ao salientar este como um fator educacional conquistado a partir da consciência de todos que fazem a educação escolar, da necessidade de haver uma política de ação que prime pela valorização pela integração. Configura-se, assim, uma relação de respeito, o que favorece a construção de projetos que integrem todos numa projeção pela conquista de sucesso e eficiência no campo da educação. Neste contexto, é pertinente fazer uma apreciação do sentido da participação escolar.

1.1.3 Participação Escolar

O termo participação tem sido cogitado no campo educacional brasileiro de uma maneira mais presente no cenário das discussões que envolvem pesquisadores e educadores das ciências sociais desde os anos 90 do século XX, período que tem registrado um expressivo momento de transformações no campo político e social da nação. Segundo Luck, a participação no âmbito escolar prima por:

- Melhorar a qualidade pedagógica do processo educacional das escolas.
- Garantir ao currículo escolar maior sentido de realidade e atualidade.
- Aumentar o profissionalismo dos professores.
- Combater o isolamento físico, administrativo e profissional dos gestores e professores.
- Motivar o apoio das comunidades escolar e local às escolas.
- Desenvolver objetivos comuns na comunidade escolar.⁴⁹

A autora anteriormente citada considera que, antes de qualquer coisa, a participação, questão que se cogita no contexto de uma escola gerida por uma filosofia democrática, precisa ser pautada em princípios de conscientização e interatividade, ou seja, todos os que fazem parte da escola precisam se integrar numa política de ação que favoreça a qualidade do sistema de ensino e que se projete a partir de uma educação participativa.⁵⁰

Para Samples, o diálogo na escola incentiva a participação e a aprendizagem. Neste sentido, o educador deve primar pela compreensão dos diversos contextos, dos diversos saberes, para instruir os educandos numa perspectiva participativa; contribuindo para formação de indivíduos atuantes e conscientes da realidade. É pertinente, portanto, enfatizar

⁴⁹ LÜCK, 2005, p. 18.

⁵⁰ LÜCK, 2005, p. 19.

que “[...] hoje em dia, nossos lares, escolas, igrejas e locais de trabalho precisam instalar uma ética que se desenvolva a partir de uma possibilidade forjada por um sistema aberto e não da repressão imposta por sistemas fechados”.⁵¹

O preceito de participação é referendado no cerne do conceito de cidadania. Tema este defendido na Constituição Federal de 1988 quando se postula a formação do indivíduo social para o exercício da cidadania. No âmbito da legislação, se prima pela formação cidadã como uma ação a ser trabalhada na escola, considerando que cabe à educação formal oferecer condições essenciais para que todos que estejam integrados sejam conscientes de seus direitos e deveres. Isto favorece a construção de uma sociedade justa e igualitária, o que pressupõe o desenvolvimento de um ensino de qualidade em que os indivíduos se tornem livres para que atuem de maneira democrática e participativa. A temática participação no âmbito escolar é acentuada na LDB da seguinte maneira:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.⁵²

Conforme o artigo em exposição os instrumentos como Projeto Político Pedagógico da escola e o Conselho Escolar, destacam-se como mecanismos que oferecem oportunidade para que haja a participação dos indivíduos que estão no seio da política educacional que rege a educação formal brasileira. Prezam-se pela formação do educando para o exercício da cidadania.

Tomando como fundamentação as considerações de Demo, no que diz respeito à relação entre cidadania e participação, pode-se dizer que a ideia de cidadania está vinculada à perspectiva de formação do indivíduo crítico, capaz de avaliar suas condições sociais e econômicas. E ainda, dimensionar sua participação histórica, que se faz presente por meios de uma atuação significativa nas mais diferentes esferas que compõem o todo social.⁵³

A escola na atual conjuntura política e social precisa contribuir para que o ser social se faça responsável pela tomada de posições, para que lhe garantam o bem comum e para que

⁵¹ SAMPLES, 1990, p. 38.

⁵² BRASIL, 1996.

⁵³ DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro- RJ. 2002.

esteja vinculado aos princípios éticos como respeito e valorização do ser humano. A perspectiva acentuada remete à compreensão de que esta aspiração figura como uma das principais responsabilidades da gestão escolar. Preceitos da democracia onde se firma a implantação de uma gestão participativa, integrando alunos, professores e pais no processo de formulação de ações que promovam a conquista de uma educação formal eficiente e funcional. Por eficiência e funcionalidade entende-se que a escola oferece condições essenciais para que as aspirações e necessidades de todos que dela fazem parte possam ser alcançados de maneira a promover a qualidade.

Na opinião de Lakatos, no conceito de democracia se faz presente a ideia de que o indivíduo, independente de raça, cor, sexo ou religião deve participar dos mais diferentes assuntos, que dizem respeito à comunidade da qual é parte integrante, exercendo assim a sua cidadania.⁵⁴ Considera a autora que a participação constitui o primeiro passo para a construção da democracia, onde os direitos de todos os cidadãos são levados em conta. Neste sentido, ressalta a necessidade de que a escola esteja ligada à ideia de liberdade, democracia e cidadania. Questão esta postulada tanto pela Constituição Federal de 1988 como pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Segundo Souza, participação figura como um dos cinco princípios de democracia. Sem este não se tem condição de transformar a realidade em parte da história humana. A participação não pode ser privilégio de poucos, mas sim o exercício de todos, precisa assumir formas diversas como na família, na rua, no bairro, na cidade, na escola e, conseqüentemente no país como um todo.⁵⁵ Com isso, a compreensão de que é por meio da participação de todos que se podem corrigir distorções como autoritarismo, caráter de subjetividade entre outros fatores que inviabiliza a conquista de uma sociedade democrática.

A participação que se pretende no âmbito do sistema educacional brasileiro compreende o oferecimento de condições essenciais para que todos possam contribuir de maneira significativa para que a formação integral do cidadão possa ser conquistada. Neste sentido, quando se fala em gestão escolar democrática e participativa defende-se a ideia de integração dos gestores na busca por uma administração escolar que prime pelos valores de todos que fazem a escola. No entanto, o que se pode enfatizar é que:

⁵⁴ LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

⁵⁵ SOUZA, Herbert. *Participação cidadã*. Disponível em: <<http://www.brazil-brasil.com>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

[...] dada à tendência, burocrática e centralizadora ainda vigente na cultura organizacional escolar, e do sistema de ensino brasileiro que a reforça, a participação, em seu sentido dinâmico de interapoio e integração, visando a construir uma realidade mais significativa, não se constitui em uma prática comum nas escolas.⁵⁶

Há ainda, conforme ressaltam muitos dos profissionais que fazem parte do núcleo gestor das unidades de ensino básico (ensino fundamental e médio), relatos que tendem a persistir no interior das instituições de ensino: a falta de consciência quanto à significação e necessidade de uma participação conjunta. Persiste em muitas instituições de ensino a política da individualidade entre os profissionais, inviabilizando a construção de uma política de ação em que integre todos numa proposta de educação interativa e participativa. Luck resalta ainda que: “[...] É comum, por exemplo, gestores indicarem que os professores reclamam de não poderem participar da determinação do currículo escolar, mas que, quando lhes é dado espaço para isso, não querem colaborar e omitem sua contribuição”.⁵⁷

Em meio à omissão e, em certo sentido, inércia de muitos profissionais da educação frente à política de educação participativa o trabalho dos gestores deve, segundo opinião de Luck, se articular de modo a:

1) criar uma visão de conjunto associada a uma ação de cooperação; 2) promover um clima de confiança; 3) valorizar as capacidades e aptidões dos participantes; 4) associar esforços, quebrar arestas, eliminar divisões e integrar esforços; 5) estabelecer demanda de trabalho centrada nas ideias e não em pessoas; 6) desenvolver a prática de assumir responsabilidades em conjunto.⁵⁸

Os pontos ora salientados vêm sendo um dos principais focos vislumbrados pelos gestores escolares, considerando que por meio destes se firma a política de ação capaz de promover avanços. Avanços que possam levar a eficácia das escolas como organizações sociais de considerado valor e significação na esfera da sociedade moderna e contemporânea.

Laval comenta que a gestão escolar desde a década de 1990 vem sendo postulada como instrumento promissor para a promoção da qualidade na educação. Para tanto, se faz necessário que as escolas possam contar com todo um aparato de elementos que possam levar a superação das necessidades daqueles que a procuram. Isto com o intuito de conquistarem uma formação que lhes façam capazes de se manter no âmbito da sociedade atual, onde consumos e vantagens no campo comercial são elementos que prevalecem como sinônimo de

⁵⁶ LÜCK, Heloisa; FREITAS, Kátia Siqueira *et al.* *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. 8 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010, p. 19.

⁵⁷ LÜCK; FREITAS *et al.*, 2010, p.19

⁵⁸ LÜCK; FREITAS *et al.*, 2010, p. 20.

eficácia e eficiência no âmbito social.⁵⁹ Nesta conjuntura, a escola tem se visto em meio à necessidade de implantar projetos sócios educacionais arrojados, que atendam as aspirações de todos os seus segmentos (gestores, professores e alunos).

A gestão escolar, na atual conjuntura política e social, tem sofrido consequências das mudanças observadas no campo do capitalismo, seja a nível mundial como nacional. Na atualidade, a escola passou a ter como ideal a formação do trabalhador flexível, proativo, dando maior ênfase à formação deste para o desempenho de ações numa sociedade em que se preza pela ser promissor, vitorioso, o ser humano de sucesso. Estimulando, por conseguinte, a competitividade entre os indivíduos. Tem-se, neste contexto, o que se pode salientar como modernização na educação:

[...] “modernizar” significava converter as sociedades ou setores da sociedade ainda tradicionais à modernidade, rompendo os costumes, eliminando maneiras de ser e de fazer que repugnassem a primazia da eficácia e da racionalidade. Mas, o verbo “modernizar” significa, igualmente, em um sentido mais restrito, procurar um aumento de eficácia nas organizações e nas instituições para colocá-los no nível de produtividade – supondo que o termo tenha um sentido universal – das empresas privadas mais performantes.⁶⁰

Em meio a todo um projeto de mobilização da escola para atender os reais interesses daqueles que estão direta ou indiretamente ligados a esta se pode acentuar que:

Tornar as escolas eficazes passa a ser, então, a principal meta das reformas, o que, por sua vez, implicaria adotar também outra visão de gestão escolar, que sinalizasse para a emergência de uma nova cultura na escola, ancorada em três eixos: a descentralização, a autonomia e a liderança escolar.⁶¹

Compreende-se, portanto, que as transformações observadas no campo da sociedade viabilizaram inúmeras mudanças no campo educacional. Salienta-se, nesse contexto, o surgimento de um novo modelo de gestão, que firma a ideia de que os melhores e mais promissores indicadores de qualidade podem estar interligados a maior funcionalidade da gestão escolar; tendo esta que se articular como um mecanismo de maior abrangência no campo da gestão de recursos e condições que viabilizassem a educação de qualidade para todos.

Dourado chama atenção para o fato de que, considerando as inúmeras transformações observadas no âmbito da política educacional, a passagem da administração

⁵⁹ LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Planta, 2004. p. 190.

⁶⁰ LAVAL, 2004, p. 190.

⁶¹ FONSECA et al, 2003, p. 53.

para a gestão escolar se deu não apenas na mudança dos conceitos de administração e gestão, mas também no que cada um destes compreende na sua efetivação. A escola passou a ser vista como uma instituição com o foco principal no gerenciamento de condições para promover ao educando a condição de indivíduo eficiente e funcional, tendo sempre como meta a sua efetivação no campo social como elemento proativo, social e politicamente capaz de atuar em distintos campos da sociedade.⁶²

Neste contexto, o gestor escolar passa a ser visto como gerente. Tem como posicionamento o gerenciamento de valores e condições que possam favorecer a seu campo de trabalho condições para que metas e projetos articulados pelos diferentes segmentos que compõem a escola possam ser atingidos na sua plenitude. Gerenciar no contexto da gestão escolar compreende buscar o direcionamento de ações e recursos que possam favorecer a construção de um padrão de qualidade na educação.

No contexto geral das transformações pode-se dizer que um dos principais conceitos que tem sido difundido na esfera da educação diz respeito à autonomia. Autonomia para que se possam colocar em execução os inúmeros projetos que venham a ser organizados pelos diferentes segmentos das instituições de ensino.

Paulo Freire considera que uma educação que visa formar para a autonomia deve incluir a formação ética. A educação para a autonomia pressupõe o respeito às diferenças, fazendo para tanto imprescindível a rejeição por qualquer ação que venha ter uma conotação discriminatória, respeitar às diferenças em todos os sentidos (raça, cultura, religião, ideologia, etc). Autonomia pressupõe entre outros aspectos o poder da comunicação com o outro, unindo pensamentos e potencialidades. A complexidade que há na relação entre ética, respeito e autonomia requer, portanto, uma proposta de estudo e assim se ter uma base de compreensão para os termos (ética, autonomia e respeito) em evidência no item que segue.⁶³

1.1.4 Autonomia na Escola

A ideia de participação leva a outro conceito que também se encontra vinculada à proposta de gestão democrática participativa. Ou seja, quando se fala em participação tem-se a conotação de que aqueles que estão ligados ao projeto de democracia são possuidores de autonomia. Isto pressupõe “[...] auto- organizarem-se, isto é, ao estruturar-se na realização de

⁶² DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). *Gestão Escolar Democrática*. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 21.

⁶³ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 15ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

objetivos que define o sistema diferencia-se de outros sistemas com quem está em inter-relação, criando sua própria identidade [...]”.⁶⁴

No contexto de uma sociedade, a autonomia se faz a partir das relações desenvolvidas entre os indivíduos, o que permite compreender que o ser humano não é um ser isolado, mas sim um ser de relações. É no convívio social, na interação de ações que o ser humano se faz possuidor de conhecimentos e promove ações, favorecendo, neste sentido, a construção de sua autonomia; que pode ser vista como:

[...] um conceito racional (somos sempre autônomos de alguém ou de alguma coisa) pelo que a sua ação se exerce sempre num contexto de interdependência e num sistema de relações. A autonomia é também um conceito que exprime certo grau de relatividade: somos mais, ou menos, autônomos, podemos ser autônomos em relação a umas coisas e não o ser em relação a outras. A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com suas próprias leis.⁶⁵

Quando autônomo, o indivíduo se percebe capaz de ir além do que a realidade lhe possa evidenciar, se torna capaz de buscar a superação das dificuldades. Mostra-se com condições de postular mudanças que venham lhe oferecer melhores condições de vida. O ser autônomo age consciente de suas potencialidades para gerir inovações e buscar condições para a conquista de elementos que favoreçam a qualidade das atividades e serviços que lhe são imputados.

Segundo Barroso, o conceito de autonomia envolve duas dimensões: por um lado tem-se o aspecto jurídico-administrativo e, por outro, o sócio organizacional. No que diz respeito à primeira dimensão, corresponde à competência dos órgãos próprios da escola em decidir sobre matérias nas áreas administrativas, pedagógicas e financeiras.⁶⁶ A segunda dimensão corresponde à relação entre independência e dependência gerada pela organização social, o que propicia a construção de sua identidade. Tomando por base as dimensões citadas pode-se dizer que a autonomia da escola se faz a partir da construção de sua identidade. Isto ocorre a partir da junção das funções e atividades dos elementos que a constitui.

A dimensão histórica do conceito de autonomia se insere num longo processo que se fixou nas tendências e reformas educacionais, mais precisamente no final da década de 1980 e início dos anos 90, quando se fizeram expressos o desenvolvimento tecnológico e a nova

⁶⁴ MACEDO, B. *Projeto educativo de escola: do porquê construí-lo à gênese da construção*. São Paulo: Inovação, 1991. p. 131.

⁶⁵ BARROSO, J. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In: BARROSO, J (Org.). *O estudo da escola*. Porto: Porto Editora, 1996. p. 17.

⁶⁶ BARROSO, 1996, p. 17.

ordem globalizada. A educação, neste contexto, passou a ser entendida como um elemento essencial impulsionador de novos modelos econômicos e, certamente, de um cenário econômico mundial. A ideia de autonomia na escola está inserida na perspectiva de avanços e conquistas, construção de uma base sólida que possa favorecer ao indivíduo condições de participar na edificação de instrumentos que viabilizem a superação de problemas e dificuldades observadas no seio da sociedade.

O artigo 12 da LDB, inciso I, delega como uma das atribuições da escola a elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico (PPP). Pontua-se no artigo 13 (inciso I) e 14 (inciso I e II) a produção do PPP a partir de uma tarefa coletiva de professores e demais profissionais da educação. Partindo da elaboração do PPP, a escola se firma numa conotação autônoma, considerando que tanto a elaboração como execução do referido instrumento evidencia ações de um coletivo de indivíduos, que se fazem representados em atividades devidamente articuladas por todos em prol de objetivos comuns.

A fundamentação teórica que legitima a proposta de construção do PPP como um exemplo de autonomia pode ser compreendida a partir das considerações de Gadotti. Este autor relaciona autonomia à criação de novas relações sociais, que se opõem às relações autoritárias existentes, se opondo à uniformização de ideias e propõe a parceria.⁶⁷

A escola autônoma não atua de maneira isolada, mas integrada com outras instâncias da sociedade. Neste sentido é que os projetos pedagógicos propostos pelos professores para execução no transcorrer do ano letivo precisam ser vistos como instrumentos de integração de ideias e objetivos. Ideias e objetivos que representem a classe de educadores e que aspirem ao atingimento de metas que levem a qualificação dos envolvidos e a conquista de fins de bem viver.

Outro instrumento que aponta para a autonomia da escola é o Conselho Escolar. Segundo Sousa: “[...] constitui uma instância deliberativa e representativa da comunidade, cujo objetivo é propor, acompanhar e fiscalizar a gestão da escola”.⁶⁸ Pelo relato da origem dos Conselhos Escolares no âmbito da política educacional brasileira compreende-se que esta questão...

⁶⁷ GADOTTI, Moacir. *Dimensão política do projeto pedagógico*. SEED/MG. 2001.

⁶⁸ SOUSA, J. V. *Gestão Democrática: um caminho para a construção da autonomia na escola*. IN: Minas Gerais. Secretaria do Estado da Educação. Veredas. Formação Superior de Professores. Belo Horizonte. SEE/MG, 2003. p. 64. Módulo 4, v. 1, (Coleção Veredas).

[...] se perde no tempo e se confunde com a história da política e da democracia. A institucionalização da vida humana gregária, desde seus primórdios, foi sendo estabelecida por meio de mecanismos de deliberação coletiva. [...] Os registros históricos indicam que já existiam, há quase três milênios, no povo hebreu, nos clãs visigodos e nas cidades - Estado do mundo greco-romano, conselhos como formas primitivas e originais de gestão dos grupos sociais. A Bíblia registra que a prudência aconselhara Moisés a reunir 70 anciãos ou sábios. Para ajudá-lo no governo de seu povo, dando origem ao Sinédrio, o Conselho de Anciãos do povo hebreu.⁶⁹

Conforme exposto no documento citado, os conselhos antecederam a formação dos estados e suas expectativas se firmaram na projeção de organizações representativas de indivíduos, onde se firma a junção de ideais em torno da construção de projetos que viessem proporcionar o bem comum, interesses que representavam não apenas o ser humano como ser individual, mas sim como o ser coletivo. E ainda, como representante de uma corporação de seres que se fazem autônomos em função de delegarem seus poderes àqueles que os passam a representar. Vale ressaltar que:

Os conselhos sempre se situaram na interface entre o Estado e a sociedade, ora na defesa dos interesses das elites, tutelando a sociedade, ora, e de maneira mais incisiva nos tempos atuais, buscando a cogestão das políticas públicas e se constituindo canais de participação popular na realização do interesse público.⁷⁰

A ideia básica que se tem é que por meio dos conselhos se integram as ideias comuns dos indivíduos numa corporação. Esta passa a ter força em função de representar os ideais de toda uma classe. É pertinente salientar:

No processo de gestão democrática da coisa pública, consignada pela Constituição de 1988, os conselhos assumem uma nova institucionalidade, com dimensão de órgãos de Estado, expressão da sociedade organizada. Não se lhes atribui responsabilidades de governo, mas de voz plural da sociedade para situar a ação do Estado na lógica da cidadania. São espaços de interface entre o Estado e a sociedade. Como órgãos de Estado, os conselhos exercem uma função mediadora entre o governo e a sociedade. Poderíamos dizer que exercem a função de ponte.⁷¹

No âmbito do sistema educacional o conselho constitui:

[...] conselho de educação é um colegiado de educadores (*cônsules ou magistrados*, no sentido de que, são representantes, defensores da cidadania educacional, dotados de poder de deliberação para tal), que fala publicamente ao governo em nome da sociedade, por meio de pareceres ou decisões, em defesa dos direitos educacionais da cidadania, fundados em ponderação refletida, prudente e de bom-senso [...].

Os conselhos de educação inserem-se na estrutura dos sistemas de ensino como mecanismos de gestão colegiada, para tornar presente a expressão da vontade da

⁶⁹ BRASIL, 2004, p. 15.

⁷⁰ BRASIL, 2004, p. 18.

⁷¹ BRASIL, 2004, p. 20.

sociedade na formulação das políticas e das normas educacionais e nas decisões dos dirigentes.⁷²

Conforme a LDB, os conselhos constituem uma das esferas básicas que garantem a gestão democrática participativa no âmbito do sistema educacional básico (ensino fundamental e médio) nas unidades de ensino brasileiras, dando as mesmas um caráter interativo e participativo, uma vez que os mesmos congregam professores, alunos, pais e demais membros da escola.⁷³

Em linhas gerais, a autonomia da escola pressupõe corresponsabilidade, tendo a participação de todos os que dela façam parte como a integração de gestores, professores, alunos, pais e demais segmentos que constituem o processo sócio educacional que a escola representa. Quanto maior autonomia a escola possuir maior é a sua responsabilidade. Esta pode se mostrar mais evidente na atuação dos gestores, professores, alunos, pais. Numa instituição de ensino que possui autonomia a projeção pela qualidade do processo de ensino-aprendizagem se faz presente em diferentes momentos da vida escolar, se mostra expressivo na projeção pela participação integrada. Com isso, tem todos os elementos que integram a perspectiva da conquista de ideais que favoreçam o estado de bem estar a todos.

Na esfera da autonomia escolar, é possível perceber que o professor atua como elemento essencial nesta projeção pela eficiência e qualidade do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que é este que se encontra mais próximo do aluno na sua trajetória escolar. A autonomia da escola também se faz explicitada na integração entre a instituição de ensino e os pais, estando os mesmos envolvidos na construção de uma educação de qualidade. Portanto, promissora tanto para o professor como para o aluno.

Em se tratando da figura do gestor escolar, este atua como líder, é o principal articulador dos diferentes segmentos que compõem o todo educacional, figurando como o mediador do Projeto Político Pedagógico – PPP, assim como das demais ações que perfazem a escola na sua conjuntura política, social e cultural. As considerações teóricas apresentadas aqui acentuam de maneira geral aspectos concernentes à fundamentação teórica da temática gestão democrática e participativa. Enfatiza a perspectiva da efetivação desta gestão, evidenciando princípios éticos, atendendo assim as aspirações de diferentes segmentos que compõem a educação escolar. Partindo deste ponto, seguem-se as discussões enfocando

⁷² BRASIL, 2004, p. 24.

⁷³ BRASIL, LDB: *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. p. 36.

aspectos práticos que norteiam a proposta de uma gestão escolar participativa, questão prioritária no cerne do presente estudo.

1.2 Aspectos Práticos da Gestão Escolar Participativa

A efetivação de uma gestão escolar democrática e participativa pressupõe, na concepção de Libâneo e Tiba, a integração de ideias e a comunicação das mesmas em diferentes contextos da escola.⁷⁴ Neste aspecto, os citados autores acentuam a importância da mobilização de meios e procedimentos difusores de concepções modernas e ativas no meio escolar de maneira objetiva, sistemática e organizada, tendo como foco a conquista de melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

A construção de um projeto de ação em que se postula a participação integrada na conjunção de elementos, que, na sua essência, preze pela atuação do indivíduo de maneira autônoma. Ou seja, criando e avaliando as suas próprias produções de modo a conquistar a eficiência e funcionalidade dos projetos, sempre numa perspectiva de conquista da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Tiba destaca a relevância que a família possui na efetivação de uma educação de qualidade, acentuando a parceria entre família e escola como um fator primordial para que se tenha a conquista de um padrão qualitativo da educação formal, atendendo as aspirações de professores, pais e/ou responsáveis por alunos em fase de desenvolvimento da aprendizagem. Neste sentido, é pertinente salientar:

A família é parte integrante da escola. A partir do momento em que a escola é uma instituição da sociedade, nenhum componente da sociedade pode se omitir em contribuir com os projetos idealizados por ela. Como a família é a base de sustentação, pois é dela que sai os alunos, suas responsabilidades são ainda maiores.⁷⁵

A participação da família no contexto das atividades extracurriculares da escola viabiliza a permanência do aluno no interior da unidade de ensino e, por conseguinte, permite que haja a realização de um conjunto de ações que possam colocar em prática a gestão escolar democrática e participativa. Neste aspecto, o desenvolvimento de uma política de ação que vise à qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

⁷⁴ LIBÂNEO, 2001; TIBA, Içami. *Quem ama, educa*. 2 ed. São Paulo: Gente, 2006.

⁷⁵ LIBÂNEO, 2001, p. 316.

A prática de uma gestão escolar democrática e participativa mobiliza, certamente, todos aqueles que estejam direta ou indiretamente vinculados à escola, pensando na conquista de um padrão de qualidade do ensino e aprendizagem que se faça evidente em diferentes esferas de ação. Considerando por esse ângulo, é pertinente levar em conta que...

[...] a democratização da gestão educacional não ocorrerá sem uma compreensão mais ampla do papel político e social da escola, *locus* privilegiado da educação sistematizada e da importância no processo de transformação da sociedade, ao mesmo tempo em que ela deve se comprometer com a função de preparar e elevar o indivíduo ao domínio de instrumentos culturais, intelectuais, profissionais e políticos.⁷⁶

As considerações de Rodrigues sinalizam para a compreensão de que a gestão participativa em uma instituição escolar para se efetivar de maneira plena, precisa oferecer bases para que o exercício da democratização seja um fator presente. Estando presente nos currículos, nas atividades administrativas e pedagógicas, tendo sempre como dimensão maior procedimentos coletivos no uso dos recursos (materiais, financeiros e intelectuais). Considera ainda que a proposta maior se firma no gerenciamento da participação e integração de todos pela qualidade e funcionalidade da educação formal.⁷⁷

A concretização de uma gestão escolar democrática e participativa, segundo Weiss, se caracteriza pela organização de todos num projeto coletivo em que cada membro da escola cumpre o seu papel. Assim, a unidade de ensino caminha de maneira a ministrar o processo de ensino-aprendizagem de modo a conquistar um padrão de qualidade, e também atendendo os objetivos dos diferentes segmentos que compõe a escola. Cabe ao gestor delegar tarefas e discutir as ações com os demais membros da escola. Com isso, se pode favorecer o sucesso educacional, atendendo de maneira significativa os objetivos de professores, alunos e pais.⁷⁸

Segundo Tiba, a gestão participativa na esfera da educação escolar se concretiza em ações cidadãs, onde o acesso a uma educação de qualidade se apresenta como uma questão comum a todos. Do mesmo modo, onde se obedecem às leis, possuem deveres e assim garantem direitos.⁷⁹ A responsabilidade da escola em contribuir com a socialização do indivíduo tem sido um dos temas colocados em discussão no atual contexto político e social da nação brasileira. Neste sentido, Pérez Gómez comenta:

⁷⁶ RODRIGUES *apud* DOURADO, 2003, p. 21.

⁷⁷ RODRIGUES *apud* DOURADO, 2003, p. 21.

⁷⁸ WEISS, Donald. *Como se relacionar bem no trabalho*. Nova Iorque / São Paulo: Nobel, 1994.

⁷⁹ TIBA, 2006.

[...] a função principal que a sociedade delega e encarrega à escola é a incorporação futura ao mundo do trabalho. [...] A segunda função do processo de socialização da escola é a formação do cidadão/ã para sua intervenção na vida pública. A escola deve prepará-los para que se incorporem à vida adulta e pública, de modo que possa manter a dinâmica e o equilíbrio nas instituições, bem como as normas de convivência que compõe o tecido social da comunidade humana.⁸⁰

O comentário apresentado remete a compreensão de que a escola assume a responsabilidade de preparar o cidadão tanto para sua convivência social como para inseri-lo no mercado de trabalho, evidenciando-se como um ser ético e capaz de se integrar aos diferentes contextos sociais. Considerando a atuação do gestor escolar no contexto escolar acima mencionado, pode-se dizer que, na gestão escolar democrática e participativa, cabe ao gestor buscar condições para que se concilie a cultura vivenciada no cotidiano, uma vez que o processo de ensino-aprendizagem é resultante de múltiplas interações entre a educação informal (conhecimentos prévios) com a educação formal (adquirida pelos conhecimentos, conteúdos e habilidades de pensamentos). É preciso, conforme acentua Gohn, levar em conta que a aprendizagem não se processa apenas no interior da escola.⁸¹

Em diferentes contextos e esferas da sociedade ocorrem relações entre indivíduos, ou seja, professores se relacionam com professores, alunos com professores, funcionários, gestores, comunidade. Em síntese, é preciso ter uma compreensão das reais necessidades da escola. Para tanto, é imprescindível a democratização, participação na construção de uma escola cidadã com um processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

As transformações observadas na atualidade em diferentes segmentos apontam para uma maior mobilidade social, maior acesso às informações, assim como uma acentuada introdução de indivíduos de menores condições socioeconômicas nas escolas. No entanto, é preciso primar para que este ingresso de alunos permaneça e promova os mesmos a uma condição social melhor. Daí se tem um dos desafios que os gestores escolares tem se deparado dia a dia.

Para Mello e Silva,⁸² os gestores que se caracterizam como partidários da política educacional democrática e participativa tem à frente de sua gestão a necessidade de galgar

⁸⁰ PÉREZ GÓMEZ, A. I. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. *Compreender e transformar o ensino*. 4 ed. brasileira. Porto Alegre: ARTMED, 1998. p. 14-15.

⁸¹ GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas Escolas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n86/0104-4036-ensaio-23-86-13.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

⁸² MELLO, Guiomar Namó de; SILVA, Rose N. da. A gestão e a autonomia da escola nas novas propostas de políticas educativas para a América Latina. *Estudos Avançados*, vol.5, n. 12, maio/agosto, 1991.

condições reais, que viabilizem, não apenas o ingresso dos alunos, mas a articulação de ações para que este aluno possa se sentir parte do contexto sócio educacional que está inserido; sentindo-se bem em se encontrar no interior da instituição de ensino como elemento significativo.

O simples fato do aluno se sentir bem no interior da escola viabiliza condições para a interação nos múltiplos projetos. Isto favorece o diálogo e assim a troca de conhecimentos. Elementos estes, que fundamentam tanto a educação interativa e participativa como subsidia condições para a construção da educação de qualidade. Antes de qualquer ação que se tenha em mente colocar em prática, o gestor escolar democrático e participativo necessita entender que sua gestão requer a integração de todos que fazem a escola numa ação coletiva. Isto para que a partir deste ponto se tenha a construção de projetos educacionais que se percebam como produto de uma coletividade e não meros referenciais de ações projetadas por pequenos segmentos que se dizem donos do saber.

Enfim, as considerações até o momento destacadas em relação à questão da gestão democrática e participativa foram centralizadas, teve como foco de estudo a efetivação da ética neste contexto. Permitiu, neste primeiro momento da pesquisa, uma visão geral dos conceitos que dão fundamento a temática posta em investigação. Neste aspecto, o capítulo que segue parte para uma apreciação em relação à formulação de uma pesquisa documental (estudo de caso). O objetivo foi atender um segundo momento da investigação que consiste em apresentar os instrumentos da pesquisa, assim como fazer uma apresentação geral do meio onde se desenvolveu a investigação, caracterizando, portanto, o sentido prático que o estudo possui e que se expõe no âmbito desta dissertação.

2 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA CORONEL JOSE EPIFÂNIO DAS CHAGAS: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

2.1. Definição de Documento

Neste capítulo apresentar-se-á a exposição dos documentos que dão uma base prática à pesquisa. O objetivo é apresentar os aspectos organizacionais e estruturais que informarão este estudo. A pesquisa na qual se baseia a estrutura deste capítulo se firma em sucessivas leituras de documentos básicos (PPP, Relatório de Planejamento da Escola) pertencentes à unidade de ensino Centro de Educação Básica Coronel José Epifânio das Chagas (CEBCJEC).

Le Goff, partindo da etimologia da palavra *documentum*, ressalta que é de origem latina, derivada de *decere*, e tem como significado ensinar. Comenta ainda que, no sentido histórico, o documento configura um dado objetivo, neutro, prova utilizada com o propósito de comprovar fatos e acontecimentos. Estabelecendo uma relação entre as considerações de Le Goff e a proposta do estudo exposto nesta dissertação, pode-se dizer que a leitura dos documentos da unidade de ensino referida tem como finalidade evidenciar o caráter ético da gestão democrática e participativa que a instituição propõe como marco do seu trabalho educacional.⁸³

Fundamentando-se nas considerações de Le Goff, no que diz respeito à pesquisa documental enquanto método de investigação da realidade social compreende-se que a mesma é uma perspectiva crítica, compreensiva da realidade posta em investigação. A análise dos documentos visa responder a um conjunto de objetivos que foram traçados ao longo das observações feitas ao contexto social apreciado. Exige do pesquisador uma leitura reflexiva, sempre colocando em apreciação os fatos observados com a leitura teórica que fundamenta o campo de estudo. No caso específico do estudo em apresentação, trata-se de investigar a relação entre a proposta ética na gestão democrática e participativa da escola com o material produzido pela mesma.

No âmbito da discussão apresentada, é pertinente enfatizar que se faz uso de uma abordagem qualitativa destacando a importância das informações geradas a partir de um olhar criterioso, analítico e crítico. Não se tem o objetivo da quantificação de informações, mas sim

⁸³ LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996 (Coleção Repertórios).

o seu caráter significativo dentro dos conceitos de ética, participação e democratização no seio educacional.

Para Calado e Ferreira, os documentos tem uma dimensão de fontes de informações que propiciam ao investigador instrumentos de análise, que favorecem a compreensão de um fato ou um campo de estudo.⁸⁴ Os documentos do CEB Cel. José Epifânio das Chagas, com serviços prestados no município, tomam na presente dissertação uma conotação de veículo de informações. E ainda, partindo de um olhar crítico e analítico constituem referencial de estudo, numa apreciação acerca do caráter ético evidenciado na gestão escolar da unidade de ensino.

Comenta ainda, Calado e Ferreira que a pesquisa documental se processa em dois momentos distintos. No primeiro momento se faz a coleta de todo o material que possa ser significativo na construção de uma base de análise, que constitui o segundo momento da pesquisa. Neste último processa-se a leitura crítica dos mesmos, sempre estabelecendo uma relação com a base teórica da investigação destacadas no referencial teórico, primeiro capítulo desta dissertação.

A estruturação deste capítulo de investigação contou com um processo criterioso, desenvolvendo primeiro, observações que pudessem direcionar melhor a pesquisa, destacando elementos como o contexto social e político da unidade de ensino.

Estando de posse dos documentos mencionados anteriormente, partiu-se para a leitura dos mesmos, segundo momento da pesquisa documental. Neste aspecto, construir-se-á os subitens que seguem.

2.2 Contexto socioeducacional de Morada Nova - CE

Os dados apresentados no presente item foram coletados a partir de uma leitura ao Perfil Básico do Município de Morada Nova, no Estado do Ceará. Conforme o citado documento, o referido município pertence à mesorregião do Jaguaribe, inserida na microrregião do Baixo Jaguaribe, fazendo parte da 10ª Região Administrativa do Estado do Ceará.⁸⁵

⁸⁴ CALADO, S. dos S; FERREIRA, S.C dos R. *Análise de documentos: método de recolha e análise de dados*. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mil/analisedocumentos.pdf>>. Acesso em: 16 jan.2015.

⁸⁵ CEARÁ. *Perfil Básico Municipal, 2014 Morada Nova*. Secretaria do Planejamento e Gestão. Instituto de Pesquisa e Estratégia econômica do Ceará – IPECE, 2014.

Morada Nova limita-se geograficamente ao norte com os municípios de Ocara, Cascavel e Beberibe; ao Sul com Jaguaratama e Jaguaribe; ao Leste com Russas, Limoeiro do Norte, São João do Jaguaribe e Alto Santo; a Oeste com Ocara, Aracoiaba, Ibareta, Ibicuitinga, Banabuiú e Quixadá. O município dista 163 km de Fortaleza, através dos trechos da BR 116 e CE 138, e 150 km em linha reta. A divisão política compreende oito distritos administrativos constituídos por Aruarú, Boa Água, Juazeiro de Baixo, Pedras, Roldão, Uiraponga, Lagoa Grande e Distrito Sede.

A respeito do contexto educacional do município, dados apresentados pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará destacam-se informações listadas nas tabelas e gráficos que seguem. No que diz respeito ao número de docentes que estão inseridos no município tem-se a seguinte realidade:

Tabela 1 - Docentes e Matrícula Inicial em Morada Nova 2013/2014

Dependência Administrativa	Docentes	Matrícula Inicial
Federal	15	159
Estadual	120	2.975
Municipal	648	11.918
Particular	97	1.309
Total	814	16.361

Fonte: Secretaria de Educação Básica – SEDUC-CE 2013/2014

Para que se tenha uma visão da infraestrutura em termos de espaços do desenvolvimento de estudos e pesquisas no município de Morada Nova, é pertinente tomar conhecimento das informações que a Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará fornece em relação ao número de bibliotecas existentes naquela localidade. Estes são dados alusivos aos indicadores educacionais do ensino fundamental e médio do ano de 2013, e oferecem uma base para compreensão do quadro sócio educacional, conforme se pode visualizar nas tabelas que seguem:

Tabela 2 - Números de Bibliotecas em Morada Nova

Discriminação	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Total de Escolas	1	3	50	4
Biblioteca	1	3	13	4
Lab. Informática	1	3	19	2

Fonte: Secretaria de Educação Básica – SEDUC-CE 2013/2014.

Percebe-se pelos dados que o número de bibliotecas e laboratórios de informática, apesar de serem poucos, atende de maneira regular os alunos das unidades de ensino no desenvolvimento de estudos e pesquisas em suas especificações gerais.

Tabela 3 – Indicadores Educacionais Ensino Fundamental e Médio

Discriminação	Indicadores Educacionais			
	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Município	Estado	Município	Estado
Escolarização Líquida	78,64	79,87	44,10	47,98
Aprovação	84,85	84,85	80,27	84,61
Reprovação	11,66	6,10	8,16	6,89
Abandono	3,5	2,00	11,56	8,50
Alunos por Sala	25,53	25,54	41,57	30,92

Fonte: Secretaria de Educação Básica – SEDUC-CE 2013/2014.

Conforme dados apresentados e considerando o trabalho que as Secretarias de Educação (Estadual e Municipal) procuram desenvolver no município, compreende-se que há um trabalho articulado em prol da conquista de um padrão favorável de ensino. Em síntese, mediante as informações acentuadas tem-se um perfil geral do município no que diz respeito à esfera educacional. O município tem, certamente, um trabalho articulado na perspectiva da geração de uma educação democrática e participativa.

A título de reflexão, compreende-se que o empecilho para uma maior abrangência do processo educacional e a conquista de melhores índices ocorre em função de um conjunto de fatores, e, em meio a estes, faz-se a presente indagação: a falta de um envolvimento maior dos pais com a escola, assim como da comunidade em geral com os trabalhos articulados no âmbito educacional pode ser visto como uma barreira ao desenvolvimento dos trabalhos e às conquistas dos objetivos socioeducacionais da escola?

2.3 O Centro de Educação Básica Coronel José Epifânio das Chagas

Os primeiros passos dados pelo hoje CEB Cel. José Epifânio das Chagas, em Morada Nova- CE se deram em meio à luta pela erradicação do analfabetismo em meados do ano de 1961, período caracterizado pela política populista que marcou a nação brasileira pelo projeto da construção de uma educação para cidadania, marcada pela formação educacional e profissional da população.

Morada Nova, assim como outros municípios das capitais brasileiras, vivia nos anos 60 do século XX em clima de uma educação formal que direcionava o indivíduo para a qualificação profissional. Neste período, o município contava com a gestão do Dr. José Epifânio das Chagas, daí a denominação da unidade de ensino, que fora inaugurada no dia 10 de maio de 1961.

Conforme relato histórico da instituição, em 30 de abril de 1967 oficializou-se através da lei nº 308 o Grupo Municipal Coronel José Epifânio das Chagas, agora com terreno para sua construção de sede própria, doada pela senhora Hilda Chagas, filha do senhor Coronel José Epifânio das Chagas. Com terreno de 10.800m² de área, conforme escritura registrada sob n. 9496, livro 3 – N fls.176v/177v no cartório Chagas Filho (situada à avenida Manoel Castro, 600 – Centro, sua construção foi concluída em 1975).

Nos primeiros anos de funcionamento denominava-se Grupo Municipal Coronel José Epifânio das Chagas, passando posteriormente a se chamar Centro Educacional de 1º e 2º graus Coronel José Epifânio das Chagas. Contudo, em 2000 uma nova nomenclatura se inicia, passando a ser Centro de Educação Básica Coronel José Epifânio das Chagas.

De 1961 aos dias atuais, a escola vem construindo sua história dentro de uma linha de ação que se caracteriza pela atuação dimensionada pela integração de todos os que estão direta ou indiretamente ligados a esta corporação de indivíduos, que têm em mente construir uma base social sólida a partir de uma formação escolar de qualidade. Além de uma formação intelectual e moral que permita a conquista de um processo de qualidade, no que diz respeito à vida social, política, cultural e profissional.

Nas observações feitas no período de novembro de 2014 a março de 2015, no contexto da atuação social e política da escola, feitas através de visitas em planejamentos e outros eventos promovidos como semana cultural, comemoração de datas cívicas, palestras, exposição cultural de trabalhos de alunos entre outros, foi possível perceber que há uma forte ligação entre a política social e as propostas educacionais de envolvimento da escola com a comunidade. Em sentido geral, pode-se dizer que os trabalhos articulados na escola contribuem na formação da história política e social da instituição, uma vez que engaja professores, funcionários, alunos e pais em ações integradas.

O trabalho socioeducacional que o CEB Cel. Epifânio das Chagas vem colocando em prática ao longo dos anos é fruto de toda uma história de tradição. A escola se tornou uma referência em educação formal no município de Morada Nova. Durante sua história, vários gestores estiveram a frente da mesma. O quadro a seguir faz menção destes gestores, desde sua fundação aos dias atuais.

Quadro 1 - Diretores da Escola

Ano	Diretores
1961-1962	Daurília Pontes Chagas
1963-1964	Hilda Ponciano de Oliveira Lima
1965-1966	Maria Luzaíra Nogueira Machado
1968-1969	Maria Jacilda de Castro
1969-1970	Maria do Socorro Chagas Rabêlo
1971-1972	Adilia Girão Chagas de Lima
1973-1974	Iza Bezerra de Castro
1975-1976	Departamento Municipal de Educação
1977	Raimunda Ray Coutinho Muniz
1978-1982	Maria Euridéia Rodrigues
Dez/1982 a Abr/1983	Sivaldo Carneiro de Andrade
1983-1987	Maria do Socorro Nântua Evangelista
Jan/1988 a Out/1988	Maria Rodrigues Vasconcelos
Out/1988 a Jan/1989 (interino)	Gesson Pereira Leo Santos
Fe/1989 a 1990	Lêda Maria Brilhante
1991-1992	Maria da Assunção Cavalcante de Almeida
1993-1994	Maria Socorro de Castro Ponciano
1995 (interinos)	Josenir Barreto de Sousa
	Maria José Coutinho Evangelista (Poquê)
	Manoel Rosiley de Castro Almeida
	Francisca Tereza Rabelo de Almeida
	Luís Alberto
1996	Maria do Socorro de Castro Ponciano
1997-2004	Maria José Isaias Chagas
2005-2008	Marco Vinício Holanda Saraiva
2008	Ivete Lima Galvão
2009-2011	Maria Claudenia Moura de Oliveira

Fonte: Histórico CEB Cel. Epifânio das Chagas.

Assiste-se ao longo desses anos, conforme é citada no histórico da instituição, a construção de uma história de luta, marcada pela realização de inúmeros projetos socioeducacionais. Relata-se ainda que cada um dos gestores, citados no quadro acima, teve uma contribuição singular na efetivação de uma unidade educacional, que hoje é referência no município de Morada Nova.

No histórico da instituição, percebe-se nos relatos a efetivação de um processo que foi sendo pontuado por várias transformações políticas, considerando que os anos de funcionamento da mesma se inserem num período que se estende da República Brasileira Populista aos dias atuais (República Nova).⁸⁶

Na atualidade, o CEB Cel. José Epifânio das Chagas atende a uma clientela bem diversificada, composta por diversos bairros e localidades rurais do município de Morada Nova, contando com cerca de 1.700 alunos, distribuídos nos turnos manhã, tarde e noite.

⁸⁶ República Populista compreende o período de 1946 a 1964, com a deposição do presidente eleito democraticamente João Goulart pelas forças militares, que iniciaram o regime militar no Brasil.

A instituição usufrui de uma estrutura física bem conservada com 20 salas de aula, 01 biblioteca adaptada, 01 midioteca, 01 refeitório, 01 banco de livro, 01 sala pequena para digitação, 01 sala de secretaria, 01 sala de professores, 01 sala de direção, 06 banheiros, 02 depósitos (material de expediente), 01 quadra coberta, 04 galerias principais, 01 laboratório de informática, 01 sala de multifuncional.

O núcleo gestor da escola dispõe de 01 diretor geral, 02 coordenadores escolares, 08 coordenadores pedagógicos, 65 professores regentes, 07 professores de multimeios, 03 operadores de computador, 16 auxiliares de serviços gerais, 03 porteiros e 03 vigias. A escola oferece ensino fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e (EE) Educação Especial.

2.4 A gestão democrática e participativa

Para o desenvolvimento do presente item toma-se como base de leitura o Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) e o Relatório de Planejamento. Neste aspecto, o presente estudo é exposto em duas etapas: no primeiro momento o projeto político pedagógico e, em seguida, o relatório do planejamento.

2.4.1 Projeto Político Pedagógico

A análise da gestão democrática e participativa postulada pelo Centro de Educação Básica Coronel José Epifânio das Chagas, em Morada Nova- CE, relata na justificativa do seu PPP o seguinte:

Uma prática de ensino consistente pressupõe uma construção singular de ações de cada indivíduo ao mesmo tempo em que requer um trabalho coletivo diante a busca de significados. Nessa linha de pensamento e tomando como eixo o princípio da autonomia e dessa coletividade como condição para concretização de uma prática pedagógica, na qual acreditamos ser de qualidade, pretendemos com o referente Projeto Político Pedagógico demonstrar nossas necessidades e intenções futuras.⁸⁷

Percebem-se no âmbito deste fragmento do texto aspectos referentes à filosofia aristotélica quando faz alusão a ações individuais numa projeção pela coletividade. Ou seja, ações individuais que possam favorecer a construção de uma base social que permita a cada um sentir-se bem dentro de um corpo social, tendo cada um dos indivíduos a consciência da sua importância como elemento de uma esfera social e política. Projeção conjunta que eleva a todos à construção da autonomia.

⁸⁷ Projeto Político Pedagógico – PPP CEB Cel. Epifânio das Chagas, s/n p.

Pelo exposto na justificativa do PPP da instituição já especificada, percebe-se que o coletivo, figura como o marco essencial na sua proposta de trabalho. Tem-se aí a afirmação de uma política de ação participativa e integrada. Todos esses elementos em conjunto, certamente, dão base à construção de uma gestão escolar que tenha como marco fundamental a construção de uma educação de qualidade para todos.

A construção da gestão democrática e participativa da unidade educacional se faz mediante um trabalho coletivo, envolvendo todos numa perspectiva de trabalho que possa favorecer a superação. Para tanto, conta com Conselho Escolar e Grêmios Estudantis, esferas sócio-política e educacional que integram gestores, professores, alunos, pais e funcionários numa ação conjunta. Conforme o PPP da escola sua missão constitui em:

Contribuir para a melhoria da Educação desta cidade assim como ser reconhecida pelo trabalho voltado para o respeito mútuo, focado nos princípios da ética e da solidariedade enfatizando como prioridade a formação integral dos educandos, tornando dessa forma uma escola aberta a todos, respeitando a diversidade como rede de apoio à inclusão, visando sempre à qualidade do ensino e gerando possibilidades de sonhos.⁸⁸

O que se pode ressaltar acerca desta parte do PPP é que este se encontra numa direta correlação com o que é enfatizado, tanto na Constituição Federal Brasileira de 1988 quando se fala de educação como direito de todos e dever do Estado. E ainda, quanto ao que é prescrito também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) quando se postula como missão a formação integral do educando.

A leitura da citação anterior permite novamente perceber uma forte ligação do pensamento do filósofo grego Aristóteles. Isso quando se reporta à formação do indivíduo ético para atuação numa esfera social. Neste sentido, pode-se dizer ainda que há no PPP da escola uma fundamentação ética que comunga com o que é prescrito na legislação educacional brasileira expressa tanto na Constituição Federal de 1988 como na LDB. Quando a legislação citada reforça a ideia de participação e integração de todos numa projeção pela qualidade da educação, ponto que se pode observar quando se lê as bases da filosofia aristotélica, salientadas em suas obras como Política e Ética a Nicômaco.

Em se tratando da visão de futuro, a escola destaca como marco referencial “tornar-se excelência na educação por meio do nosso desempenho acadêmico, pelo trabalho coletivo, competente e comprometido com o sucesso da escola”.⁸⁹ Destaca-se como prioridade o

⁸⁸ Projeto Político Pedagógico – PPP CEB Cel. Epifânio das Chagas, p. 5.

⁸⁹ Projeto Político Pedagógico CEB Epifânio das Chagas, p. 10.

desempenho individual numa projeção pela conquista coletiva. Isso permite considerar que há, no cerne do documento analisado, uma dimensão política e social que remete aos interesses da construção de uma educação de qualidade.

Fortalecendo o marco referencial ético que ao longo do PPP se faz explicitado, são destacados como valores os seguintes conceitos: **Inovação** – enuncia-se que se busca no interior da escola efetivar práticas pedagógicas diferenciadas que venham valorizar o que o aluno já sabe e amplie suas potencialidades; **Excelência** – propõe-se que sejam diferenciadas as qualidades no processo ensino-aprendizagem, buscando sempre intervir de maneira pedagógica nas dificuldades que são apresentadas no âmbito da unidade educacional; **Competência** – este é outro valor pontuado pela escola, considerando que contam com um grupo de professores aptos, comprometidos e capazes para suas funções assim como um grupo gestor e pedagógico preocupado e comprometido com o sucesso de todos.

Outro valor que reforça ainda mais o caráter ético das ações articuladas na escola é o **respeito ao próximo**; efetivado a partir da condução de ações que tenham como foco valores humanos como amor, gentileza, solidariedade, ética, respeito entre outros.

Os conceitos anteriormente pontuados e que constituem valores defendidos pelo CEB Cel. Epifânio das Chagas estão implícitos no objetivo geral da instituição:

Desenvolver ações que levem à aprendizagem de nossos educandos, valorizando-os em todos os seus aspectos e contribuindo para a formação de um ser pensante através de ideias de respeito, cooperação, visão de futuro e que estes sejam capazes de opinar, construir e desconstruir situações que visem o bem comum e o individual para assim formar uma sociedade pautada em valores realmente verdadeiros e conhecimentos necessários e eficazes.⁹⁰

O objetivo explicitado apresenta, na sua estrutura ideológica, aspectos concernentes a uma postura moral e ética, uma vez que lança como propósito a formação do indivíduo tanto na sua dimensão intelectual como humana e social. Nesta esfera estão implícitos os objetivos estratégicos, que são relatados abaixo:

1. Motivar a realização de mutirões para limpeza da escola. Com esta ação a equipe de gestores, professores, alunos, pais e funcionários podem se integrar numa ação coletiva, em que todos possam se sentir parte de um todo, construindo um espaço salutar para a efetivação de ações que elevem a estima e o potencial de união.

⁹⁰ Projeto Político Pedagógico CEB Epifânio das Chagas, p. 6.

2. Conscientizar o corpo docente, discente e funcionários, para a conservação do bem público da escola através do projeto BEM-VIVER. Mediante esse projeto os gestores e professores esperam favorecer condições para que alunos, pais e a comunidade sintam-se responsáveis pela valorização da escola e de tudo o que ela representa.
3. Promover seminários para assuntos diversos (Drogas, DST, Democracia, Violência, etc) a partir do programa Saúde Prevenção na escola SPE. Partindo da iniciativa de estimular os alunos a se integrarem em seminários com temas atuais e diversificados, a equipe técnica e pedagógica da escola espera poder oferecer condições para que haja uma maior conscientização dos alunos numa perspectiva de prevenir maiores problemas de ordem social.
4. Realizar reuniões de pais e mestres agradáveis, com jogos, oficinas e gincanas. O que se espera com essas ações é que haja maior participação dos pais e/ou responsáveis por alunos nos eventos promovidos pela escola, estabelecendo um vínculo mais efetivo entre estes.
5. Estimular a participação ativa dos professores e funcionários em eventos da escola. Com esta ação os gestores creem que possam contornar os problemas evidentes no âmbito escolar, uma vez que há o maior envolvimento destes na esfera geral da escola.
6. Incentivar a participação de professores e grupo gestor em congressos, cursos como PCN's, formação continuada, projeto amor à vida, para o seu crescimento pessoal e profissional.
7. Formar indivíduos ativos, criativos, pesquisadores, críticos, que interajam na sociedade, colocando em prática os seus conhecimentos. Favorecer aos alunos uma participação integrada entre todos de modo a garantir uma maior participação na construção de um indivíduo cidadão.
8. Relacionar os conteúdos com o cotidiano dos alunos. Favorecer a integração entre os conteúdos curriculares trabalhados na escola com a vida do educando, de modo a permitir um maior envolvimento da escola com a própria realidade do educando.
9. Atingir a aprendizagem significativa e trabalhar os conceitos não satisfatórios. Desenvolver estratégias de ensino que possam levar o aluno a atingir uma aprendizagem significativa, ou seja, aprendizagem que lhe permita integrar os conteúdos trabalhados na escola com a sua vida prática, tornando o processo de ensino eficaz e funcional.
10. Promover minicursos e oficinas com temas variados para professores e funcionários. Através destas ações a escola espera poder contribuir com formação integrada de

professores e alunos em ações eficazes e funcionais que promovam a aprendizagem significativa. Ainda neste contexto, propõe a realização de jogos que envolvam tanto professores como alunos.

11. Criar sala de midiateca, tendo em vista ser um recurso a mais de facilitação para aprendizagem dos alunos e inclusão às novas tecnologias. Incentivar alunos a interagir com as novas tecnologias, envolvendo sempre os mesmos em projetos e programações tecnológicas.
12. Realizar o momento cívico na escola uma vez por semana. Com esta ação a escola espera estimular no educando iniciativas que favoreçam sentimentos de amor e valorização à pátria. Criando assim vínculos com conceitos de valores e estima pelo patrimônio nacional.
13. Promover um dia com os pais na escola. Valorizar a integração família e escola figura como uma das prioridades do CEB Cel. Epifânio das Chagas, neste sentido propõe que se programem eventos em que possam integrar pais e alunos em atividades sociais, culturais e educativas.
14. Conscientizar o corpo discente noturno a fim de diminuir o índice de evasão na escola. A evasão escolar constitui um dos sérios problemas que tanto vem sendo observado no contexto educacional brasileiro. Buscando evitar tal problema, a escola propõe que se realizem ações que possam conscientizar o corpo docente, principalmente o noturno para buscarem iniciativas que combatam a evasão escolar.
15. Sensibilizar a comunidade escolar a participar dos eventos da escola. A arte de sensibilizar constitui uma das ações que na atualidade têm sido muito difundidas no meio escolar, tendo em vista as múltiplas maneiras de se trabalhar o processo de ensino de modo que o mesmo possa garantir um maior rendimento escolar e, assim, os objetivos que foram traçados pelos educadores possam ser alcançados.
16. Realizar atividades propostas da escola: eventos culturais, esportivos, planejamentos, encontros pedagógicos e de estudos. Integrar a escola a diversidade de ações e promoções que se fazem presentes no contexto político e social constitui, na atualidade, uma das principais perspectivas da escola.

Os objetivos apresentados no PPP da escola expressam a intenção que o grupo gestor tem de viabilizar condições que possibilitem articular no âmbito da instituição, uma política educacional em que haja preceitos éticos que possam dar base à estruturação de uma gestão

democrática e participativa, integrando diferentes valores e projeções de uma educação de qualidade para todos.

O eixo norteador da escola encontra-se envolto numa sociedade com distorções em termos de condições sociais, políticas, culturais, econômicas e educacionais. Há preconceitos e desigualdades em termos de opiniões e comportamentos entre os indivíduos. É relatado no PPP da escola o seguinte contexto: “[...] famílias com uma diversidade significativa, que vão do analfabetismo à graduação, condições de baixa renda à classe média. Observamos ainda que elas estão cada vez mais fora do padrão convencional (mãe/pai/filhos.)”⁹¹

Em meio a toda esta realidade, a escola lança-se como espaço onde há o desenvolvimento de ações que possibilitem contornar, se não de imediato, num futuro próximo, os desafios e oferecer alternativas de melhoria para seus alunos e respectivamente pais e comunidade. Neste aspecto, as ações pedagógicas da escola são voltadas para o sucesso dos seus educandos, respeitando suas habilidades e competências, conforme é acentuado no documento já mencionado.

A escola trabalha com a proposta de inclusão, o que se pode ressaltar como mais um aspecto que reforça a projeção pela integração de todos, num processo educacional onde se prime pela possibilidade de todos conquistarem uma formação escolar básica. Neste sentido, salienta-se que “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos especial, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.”⁹²

Conforme ressaltado no PPP da escola, a instituição conta com a colaboração da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), assim como os instrumentais das salas multifuncionais. Não se pode ainda deixar de enfatizar a contribuição dos gestores e professores que se articulam na perspectiva de favorecer uma educação de qualidade para todos.

O texto que norteia o PPP da escola deixa expresso que a prática pedagógica do CEB Cel. José Epifânio das Chagas pauta-se numa visão crítica, dialética e emancipadora, visando à transformação da realidade, considerando o ser humano como um ser político, possuidor de capacidades para modificar o meio em que vive, adequando-o com suas reais necessidades. A equipe pedagógica da escola, tendo consciência da existência de uma pluralidade de

⁹¹ PPP CEB Cel. Epifânio das Chagas, p. 6.

⁹² Conselho Nacional de Educação – CNE / Centro de Educação Básica, n. 2/2001, art. 2º.

realidades no meio escolar, busca atender a todos de modo que haja a conquista de um padrão de qualidade socioeducacional. Faz, portanto, a junção de elementos que envolvam as aspirações da escola e de todos aqueles que estão inseridos à mesma (professores, alunos, pais, etc).

Compreende-se que a proposta essencial da equipe pedagógica da instituição de ensino já referida é a de que o aluno ao longo de sua trajetória educacional possa atingir o nível de uma aprendizagem significativa, oportunizando condições que o faça interagir no meio social em diferentes situações. Para que a meta anteriormente citada seja alcançada, a equipe pedagógica traça um conjunto de estratégias e medidas que podem ser explicitadas nos seguintes pontos:

- Ensino Fundamental, anos iniciais (1º ao 5º ano) - desenvolver no educando as potencialidades cognitivas, ética, afetiva, motora e social, um currículo amplo, em que ele possa expressar a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.
- Ensino Fundamental II (6º ao 9º) - proporcionar situações em que o aprendente perceba-se como agente transformador, contribuindo ativamente para a melhoria do meio em está inserido, utilizando-se das diferentes linguagens verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal como elo para expressar suas ideias e construir progressivamente sua identidade para o exercício da cidadania assim como potencializar seu conhecimento em prol de aprendizagens individuais e coletivas.
- Educação de Jovens e Adultos – oferecer oportunidades educacionais a jovens e adultos para continuarem e concluírem seus estudos, através de uma metodologia apropriada à sua idade e de uma proposta pedagógica de respeito às diferenças individuais e diversidade cultural.
- Educação Especial – trabalhar a educação especial durante todo o ensino fundamental e EJA, buscando integrar o aluno com necessidades educacionais especiais na sociedade, valorizando todo o seu potencial e respeitando suas limitações sem exclusão ou discriminação.⁹³

Tendo em vista a persistência de uma variedade de problemas no seio da escola como é referida no PPP, a necessidade de melhoria no contexto da escola é múltipla. Há falta de comunicação entre os turnos (manhã, tarde e noite), assim como entre os gestores, coordenação e professores. Além disso, faltam professores; a transdisciplinaridade ainda não ocorre com eficiência; há uma expressiva evasão no turno noturno; a língua inglesa ainda se encontra como disciplina crítica e com maior índice de reprovação; há pouca atuação do grêmio estudantil; salas de aula com um só ventilador, causando desconforto para alunos e professores; há um nível de desinteresse dos alunos no cumprimento das tarefas escolares, assim como na organização e conservação de materiais pessoais e coletivos, como o livro didático.

⁹³ Projeto Político Pedagógico CEB Cel. Epifânio das Chagas, p. 15.

Conforme é expresso no PPP da escola, as estratégias de trabalhos pedagógicos desenvolvidos na instituição tomaram como referência a realidade acima citada, visando contornar as distorções existentes e permitir o desenvolvimento de um trabalho sócio educacional significativo, eficaz e funcional. A perspectiva de superação dos problemas existentes na instituição é firmada no PPP numa perspectiva de escola com gestão democrática e participativa, fundamentando tal ideia a partir do pensamento de Lima.⁹⁴ Lima relata que os seres humanos vão à escola com vários objetivos, cabe aos educadores cumprir seu objetivo primordial que é garantir o ensino significativo, que, em sentido geral, corresponde em fornecer ao educando condições essenciais para uma formação que lhe garanta a conquista do estado de bem estar.

Ressalta ainda, a importância da família como uma colaboradora no desenvolvimento do trabalho da escola, uma vez que...

[...] o trabalho com a família de nossos educandos começa desde o ato da matrícula até o atendimento individual domiciliar e na escola, buscamos metodologias diferenciadas durante as reuniões que vão desde palestras com profissionais da educação e saúde como a distribuição de guias práticos que visam orientá-los durante o ano letivo.⁹⁵

As atividades articuladas pela equipe pedagógica e gestores da escola são fundamentadas nas ideias de ilustres estudiosos da educação, dos quais podem ser destacados os nomes de Piaget, Paulo Freire, Vygotsky, Gardner, Perrenoud e tantos outros que deixaram seu legado em pesquisas, até hoje são referências na educação. Com todo um trabalho expressamente articulado, a escola espera construir uma base sólida, exemplificada nos seguintes pontos:

ALUNO: Queremos alunos motivados para aprender e que construa significativamente seu conhecimento. Seja capaz de cumprir regras do bem comum e que se transgredi-las possa ser também para este fim. Alunos críticos, participativos e capazes de assumirem valores que primam a coletividade e o respeito às diversidades.

PAIS: Necessitamos da interação dos pais no processo de aprendizagem de seus filhos, envolvendo-se em todas as vivências que os mesmos estão inseridos. Que possam sentir-se co-responsáveis pela educação de qualidade da escola, assim fortalecendo aquilo que desejam para seus filhos.

EDUCADORES: Mediante as transformações da nova era, queremos um professor que seja motivado e empenhado à aprender sempre, podendo desta forma ajudar os alunos a desenvolver suas habilidades e usar com discernimento seu potencial.

⁹⁴ LIMA, Elvira Sousa. *Indagações sobre o Currículo: currículo e desenvolvimento humano*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008.

⁹⁵ Projeto Político Pedagógico – CEB Cel. Epifanio Chagas, p. 19.

FUNCIONÁRIOS: Queremos funcionários ativos, com grande desejo de participar e fazer parte da história da educação, responsáveis, competentes, atualizados e eficientes no que diz respeito à suas funções, abertos à formação continuada.

GESTÃO ESCOLAR: Pautados numa gestão democrática acreditamos que a melhor é aquela que se esforça num trabalho coletivo em torno da concepção de objetivos comuns direcionados sempre para a aprendizagem dos alunos e a construção cidadã de todos.⁹⁶

Todo contexto ideológico educacional traçado no PPP tem uma dimensão pedagógica que voltada, de forma integral, à formação do aluno numa dimensão crítica e participativa, de modo que o educando se torne sujeito do processo histórico e social. Neste aspecto é salientando no PPP da escola:

[...] visamos em diversas ações durante o ano um currículo contextualizado e crítico, sempre buscando numa visão construtivista entender que o aprender não é copia ou reproduzir uma realidade, mas estabelecer relações, identificar semelhanças e diferenças, interpretar situações, ampliar e organizar elementos do dia-a-dia, planejando, assim, ações que intervenham na realidade.⁹⁷

Compreende-se, portanto, que os projetos articulados pela escola, apresentam uma política de ação voltada para a construção de um processo de cidadania que envolva os diferentes segmentos da escola. Assim, gestores, professores, funcionários, alunos e pais se integram numa busca pela conquista do estado de bem estar.

Segundo relata o PPP da escola, o processo de avaliação da aprendizagem do aluno constitui uma etapa significativa na vida escolar do educando. Para tanto, ela coloca em prática as seguintes modalidades: avaliação contínua, avaliação parcial (final de cada mês, com o valor de 3,0) e avaliação bimestral (final de cada bimestre, com um valor de 5,0), avaliação de desempenho (assiduidade, compromisso, participação e desempenho atitudinal, com o valor de 2,0), avaliação paralela (quando necessária) e progressão parcial. É pertinente salientar:

A somatória das notas acima equivalem ao resultado 10,0 pontos, totalizando ao final do ano letivo 40,0 pontos em seu máximo e 22 pontos no mínimo para a aprovação do aluno de um ano para outro. Ao final da etapa do ano letivo, o aluno é submetido a uma etapa de recuperação que equivale a aulas presenciais e avaliação (1ª chamada e 2ª chamada para os alunos que não obtiveram resultados satisfatórios na primeira), além das etapas os professores juntamente com a coordenação pedagógica e gestão escolar realizam um coletivo final de desempenho do aluno.⁹⁸

⁹⁶ Projeto Político Pedagógico – CEB Cel. Epifanio Chagas, p. 18.

⁹⁷ Projeto Político Pedagógico CEB Cel. Epifânio Chagas, p. 19.

⁹⁸ Projeto Político Pedagógico CEB Cel. Epifânio Chagas, p. 21.

Numa leitura crítica e atenciosa do PPP do CEB Cel. Epifânio das Chagas foi possível perceber que há, por parte do núcleo gestor da escola assim como dos professores e demais membros que estão inseridos àquela unidade educacional, a consciência da existência de um campo diversificado de problemas, mas que os mesmos podem ser superados desde que para isso haja o desenvolvimento de um trabalho integrado, que envolva todos num objetivo comum.

2.4.2 Relatório de Planejamento

A veiculação de ideias inovadoras e que possam favorecer um maior envolvimento dos elementos ligados às unidades de ensino público tem subsidiado algumas transformações no campo das ações da política educacional brasileira. Dentre as inúmeras transformações que se observam no âmbito da política educacional hoje vigente no Brasil, pode-se citar o modo como é conduzido o processo de ensino, as propostas que o norteiam. Neste contexto, nada melhor do que fazer uma abordagem acerca do planejamento escolar, uma vez que é por meio deste que ocorre todo o funcionamento da sistemática de ensino-aprendizagem.

Por meio do planejamento escolar tem sido postulado a ideia de participação conjunta de todos que integram a escola como gestores, professores, funcionários, alunos e representações de pai e/ou membros da comunidade. Percebe-se assim uma extensão significativa, na qual, o ideal de trabalho em grupo visa à conquista de um estado de bem estar. Em sentido geral, significa a possibilidade da conquista de um padrão de vida favorável ao bem viver.

A construção de um planejamento participativo não constitui uma ação comum e fácil de ser realizada. No cotidiano da escola, gestores, coordenadores pedagógicos e professores vivenciam verdadeiras lutas em busca de um fazer educação diferente, promovendo na escola um espaço de interação e construção de uma identidade realmente educacional. As considerações ora apresentadas remetem a leitura de Gandim e Gemerasca quando esclarece:

Convocar os educadores para reconstruir estruturalmente o processo educativo rumo a um mundo justo, mostrou-se sempre com extremas dificuldades. O professor, o diretor e o coordenador pedagógico, encurralados pela pressão social, pelo senso

comum de fazer o que sempre se fez, declaram-se incapazes de produzir a mudança.⁹⁹

O autor ressalta que além das dificuldades em promover mudanças, em muitos casos, os próprios educadores se negam a promover qualquer tipo de mudança no seu campo de trabalho, uma vez que acreditam ser perigoso gerar algum tipo de mudança no meio educacional.

Gandim e Gemerasca, na sua forma de observar o processo educacional formal, consideram que há a veiculação, no âmbito das escolas, de ideais de cidadania, ética, solidariedade. No entanto, em muitas situações o que predomina é a educação da domesticação social, ou seja, se faz com que o indivíduo siga as regras que lhe são impostas por um segmento social que detém o poder. Então se pergunta: onde está a autonomia do indivíduo no âmbito escola? Onde se encontra o caráter ético que tanto se defende no campo educacional?

Todas as questões anteriormente citadas, certamente, remetem a um estudo complexo e que, pelo nível de dimensão que as mesmas possuem, muitas destas podem até não terem respostas satisfatórias, mas só o fato de serem postas em análise gera um espaço de possíveis transformações.

A leitura feita do processo de planejamento do CEB Cel. José Epifânio das Chagas toma como suporte as ideias de Gandim e Gemerasca, considerando que o mesmo tece críticas à conjuntura atual de articulação. No entanto, em muitas realidades não chega a promover o que realmente é proposto, ou seja, promover transformações, gerar no indivíduo a perspectiva de mudanças que lhe potencialize e lhe faça ser realmente sujeito do processo histórico e social. Reflete o autor o seguinte:

[...] Se idealizamos uma sociedade mais ética, mais humana, mais solidária e mais justa, precisamos de uma escola que se preocupe com as questões ligadas à política, que contribua na construção de cidadãos (e não apenas de consumidores), capazes de julgar a realidade e interferir nela de forma crítica e consciente.¹⁰⁰

As palavras de Gandim correspondem ao pensamento de Karl Marx quando ressalta a importância da formação do indivíduo como sujeito do processo histórico e não apenas como mero objeto. Ser sujeito da história pressupõe intervir nela, participar, interagir e construir em forma conjunta com os seus semelhantes um espaço onde possam viver e se

⁹⁹ GANDIM e GEMERASCA. Danilo e Maristela P. *Planejamento participativo na Escola: o que é e o como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 4. (Col. Fazer e Transformar).

¹⁰⁰ GANDIM; GEMERASCA, 2002, p. 14.

sentirem bem. Neste sentido, é pertinente mais uma vez acentuar o pensamento do autor que diz:

Todas as instituições que têm como ideal participar de forma efetiva na construção deste modelo novo de sociedade precisam, necessariamente, do planejamento. O fator decisivo para a significação do planejamento é a percepção por parte do sujeito da necessidade de mudar.¹⁰¹

A escola que deseja ter como uma de suas características essenciais a gestão democrática e participativa deve ter na sua essência a perspectiva de viver em meio a um processo contínuo de transformação, buscar a cada instante se integrar numa projeção por inovações que lhe possa favorecer a construção do estado de bem estar a todos. Promover a superação das necessidades de todos aqueles que estejam direta ou indiretamente ligados a mesma.

Portanto, partindo do que fora até o momento exposto em relação ao sentido que o planejamento escolar possui, o que se propõe nesta altura da dissertação é uma leitura do processo de planejamento da unidade de ensino. No CEB. Cel. José Epifânio das Chagas o planejamento ocorre em três fases: 1) mensal com todo corpo docente e gestores, 2) semanal por área e 3) no transcorrer da semana em que o professor processa o seu planejamento individual.

O planejamento mensal se caracteriza como um encontro pedagógico contando com a presença do grupo gestor, professores de todas as áreas e de multimeios, além das bibliotecárias. Neste momento, ocorrem discussões sobre temas curriculares, palestras sobre temas de interesses educacionais, elaboração e execução de projetos que contemplem a proposta curricular da escola, assim como metas políticas e sociais de todos que estão integrados a mesma.

O planejamento semanal ocorre por áreas, contando com a participação de professores de área e o núcleo gestor. Nesta fase se desenvolve as discussões acerca do andamento dos projetos em atividades e os que ainda estão em processo de elaboração. De acordo com o observado, a escola prima pela execução de atividades que envolvem de maneira atuante professores, núcleo gestor, funcionários, alunos e pais.

A terceira fase do planejamento é o que se processa individualmente, ou seja, apoiado por toda uma base teórica e certamente prática, o professor, no transcorrer de sua

¹⁰¹ GANDIM; GEMERASCA, 2002, p. 14.

semana de trabalho, dispõe de alguns horários para elaborarem atividades curriculares como exercícios, trabalhos e demais instrumentos que favoreçam a avaliação do educando, assim como da sua própria atuação no âmbito escolar.

A junção das três fases citadas permite chegar à compreensão de que o planejamento na instituição citada nesta dissertação se firma na base teórica do pensamento de uma prática escolar, que favoreça a participação integrada de todos os segmentos que compõem a unidade de ensino. Neste contexto, é possível afirmar que a base teórica do planejamento no CEB Cel. Epifânio das Chagas encontra-se dentro do que se pode ressaltar como um momento de preparação para o desenvolvimento da práxis educacional (reflexão, ação e transformação).

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

O terceiro capítulo faz uma apreciação dos resultados que foram obtidos no transcorrer da pesquisa realizada no segundo semestre do ano letivo de 2014 e primeiro semestre de 2015, no CEB Cel. José Cel. Epifânio das Chagas, em Morada Nova, no Estado do Ceará. É pertinente salientar que a pesquisa se configura numa abordagem teórica acerca da conjuntura política e educacional da instituição, feita a partir da leitura de documentos dentre os quais se destacam a legislação educacional que compreende a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9394/96 e o Projeto Político Pedagógico da Escola – PPP.

A título de informações gerais sobre a pesquisa abordada nessa dissertação se caracteriza como básica, considerando que se propõe produzir conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Conforme Gil, a citada modalidade de pesquisa envolve verdades e interesses universais onde o pesquisador busca satisfazer uma necessidade intelectual pelo conhecimento, tendo sua meta o saber.¹⁰²

Fazer uma abordagem acerca da ética no contexto da gestão democrática e participativa figura como meta de estudo nesta dissertação, tendo sido articulado como campo de apreciação a unidade educacional já mencionada. A escolha pela instituição ocorreu em função de ser a mesma uma referência de qualidade e eficiência no desenvolvimento do processo educacional formal em Morada Nova, no Estado do Ceará.

A abordagem da temática estudada é qualitativa. Segundo Gil, esta se caracteriza pela existência da relação entre o mundo real e o sujeito, ou seja, se observa um vínculo entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, o qual não pode ser traduzido em números. Nesse estilo de abordagem não se faz uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural constitui a fonte direta para a coleta de dados, sendo o pesquisador o elemento chave. Para o desenvolvimento da abordagem qualitativa se faz uso de técnicas como a observação, história ou relato de vida, entrevista, leitura de documentos entre outros. No que diz respeito ao trabalho em exposição, partiu-se de leituras de documentos e observações simples e direta a unidade de ensino pesquisada.¹⁰³ Embora o projeto de pesquisa não tenha tramitado pelo Comitê de Ética e pesquisa, a autora realizou uma pesquisa documental e de observação

¹⁰² GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas em pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

¹⁰³ GIL, 1999.

simples, com a devida autorização do Centro de Educação Básica Cel. José Epifânio das Chagas.

Os procedimentos técnicos que legitimam a pesquisa em foco foram desenvolvidos em fases, ou seja, num primeiro momento fez-se uma apreciação bibliográfica, em que se estruturou a coleta de informações gerais acerca dos conceitos de ética, gestão democrática e participativa entre outros que sedimentam a proposta de estudo. Neste contexto, foram consideradas opiniões e concepções de autores que deram base ao referencial teórico em estudo.

Num segundo momento, fez-se a leitura de documentos da escola como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e observações em torno do planejamento da escola. O segundo momento da pesquisa caracteriza-se como documental, que, segundo Gil, elabora-se a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, uma vez que são documentos de primeira mão elaborados no campo da pesquisa.¹⁰⁴

Para se chegar a uma análise dos resultados da pesquisa em foco foi preciso percorrer um caminho, que se legitima, em primeiro ponto, pelo planejamento da pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi compreendem o levantamento e delimitação do tema, formulação do problema, determinação dos objetivos geral e específicos, justificativa, fundamentação teórica, metodologia, coleta de dados, análise e discussão dos resultados, conclusão dos resultados e, finalmente a redação e apresentação da pesquisa.

Portanto, levando em conta que foram devidamente seguidos os procedimentos até então salientados, tornou-se viável chegar a presente unidade com elementos suficientes para a elaboração de uma análise dos resultados em relação à pesquisa em foco.

3.1 Ética no Contexto da Escola Pesquisada

Como já foi salientado o objetivo geral do estudo apresentado nessa dissertação figura como uma perspectiva de fazer uma apreciação acerca da ética no contexto da gestão democrática e participativa no CEB Cel. José Epifânio das Chagas em visitas durante momentos de planejamento e execução de outras atividades no contexto da instituição pesquisada, como também a leitura do PPP da escola, caracterizando a pesquisa como documental.

¹⁰⁴ GIL, 1999.

O elemento norteador da investigação no âmbito da escola foi verificar como se processam os aspectos éticos na instituição. Fato esse que se pode observar como uma perspectiva do núcleo gestor, assim como dos professores que estão lotados na unidade educacional pesquisada.

Em se tratando das ações do núcleo gestor pode-se destacar como sendo aspectos éticos: os (as) professores (as) são tratados (as) com respeito e educação, assim como os (as) funcionários (as), alunos (as), pais e mães. Também se observou no transcorrer da visita feita na primeira semana do mês de dezembro de 2014 a escola, em ocasião da culminância do projeto “Meu corpo dança se eu não danço” que a coordenação pedagógica da instituição orienta de maneira eficaz e funcional os (as) professores (as) e alunos (as) em relação às atividades propostas pela unidade de ensino.

Outro fator que se pode elencar como ético por parte da gestão, observado no planejamento realizado no mês de dezembro do ano supracitado é que os gestores criam condições físicas e pedagógicas para que o processo educacional ocorra da melhor forma possível. Os percalços que possam vir a existir na escola são tratados de maneira séria e com discrição, não gerando, portanto, conflitos que possam inviabilizar a gestão integrada e participativa.

No que consiste as ações dos (das) professores (as) que foram observados (das) no contexto do CEB Cel. José Epifânio das Chagas, em uma visita feita no dia 07 de fevereiro de 2015, num momento de uma reunião com professores (as), pode-se ressaltar que os (as) docentes, sempre que possível, procuram esclarecer aos (as) alunos (as) em que consiste a ética e qual a sua relação com os trabalhos desenvolvidos na sociedade em geral. Os procedimentos dos (as) professores (as) em relação à atuação em sala de aula para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem são esclarecidos de maneira objetiva.

O cumprimento das normas e regras como entrega de diários, notas e propostas de avaliação dos (as) alunos (as) é seguido de maneira criteriosa pelos (as) professores (as), o que contribui para a efetivação de um trabalho salutar. Esse fato foi observado numa visita feita no dia 05 de fevereiro de 2015 na escola.

A unidade de ensino em análise, em seu regimento escolar, ressalta como atitudes éticas a serem seguidos pelos (as) alunos (as) os seguintes pontos: respeitar o trabalho do (as) professores (as) e funcionários (as) da escola, respeitar o direito de aprender dos (as) outros (as) alunos (as). Ou seja, não praticar ações em sala de aula que possam prejudicar o bom

andamento do processo de ensino-aprendizagem tais como não conversar, brincar ou atrapalhar de qualquer forma os momentos em que o (a) professor (a) está explicando ou tirando dúvidas de outros (as) colegas entre outras ações.

Tem-se ainda como preceito ético postulado na unidade de ensino o seguimento das normas disciplinares como cumprimento de horários tanto pelos gestores como professores (as), funcionários (as) e alunos (as). A escola ainda preceitua como princípio ético a condução de uma política educacional que legitime os ideais de participação e interação de todos (as) num projeto de uma escola de qualidade, onde haja a integração de atividades.

Visando a conquista dos pontos acima salientados a escola se mobiliza no transcorrer de todo o seu ano letivo em promover atividades de cunho sócio-político e cultural, que além de promover a aprendizagem do (a) aluno (a) pode também o inserir num processo de formação moral, social, política e cultural, tendo sempre como principal meta a integração do indivíduo como um ser ético. Neste sentido, é pertinente fazer uma abordagem em relação à proposta de trabalho desenvolvida na unidade de ensino a que trata esse estudo.

Vale ressaltar que as considerações apresentadas até então são frutos de leituras feitas aos documentos da escola como PPP e relatórios de atividades de gestores e professores, como também resultados de observações feitas a partir das visitas no transcorrer dos meses de dezembro, fevereiro e março na unidade de ensino, onde se formulou um registro de fatos que pudessem ter relação com aspectos éticos evidenciados na escola.

3.2 Proposta de Trabalho Desenvolvida na Escola

A proposta de trabalho articulada pelo núcleo gestor e professores (as) do CEB José Epifânio das Chagas prima pelos princípios da ética, uma vez que se postula a partir da compreensão de que o respeito ao ser humano constitui uma das principais ações a ser colocada em prática. Isto para que se obtenham frutos produtivos no cerne de qualquer atividade que envolva indivíduos de diferentes esferas políticas, sociais, culturais econômicas.

O trabalho administrativo e o pedagógico da instituição de ensino tem em sua base uma proposta pela qualidade do ensino para todos (as). No contexto do PPP da escola é possível tomar conhecimento que na proposta de trabalho da instituição há distinção entre ética e moral, uma vez que estes vocábulos são, geralmente, usados como sinônimos. No entanto, sabe-se que moral de origem latina (*mores*) e ética de origem grega (*ethos*), ambas tem um significado comum que remete a ideia de costume. Conforme Ferreira, as citadas

palavras significam “[...] o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana susceptível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto”.¹⁰⁵

Apesar de ética e moral terem origem etimológica comum, os conceitos apresentam um percurso histórico diferente. No sentido filosófico há uma distinção entre os termos, sendo a moral um conjunto de princípios, crenças e regras, que dão suporte às ações dos indivíduos em diferentes segmentos sociais. No que diz respeito à ética é a reflexão crítica sobre a moral.

Tomando como fundamentação os conceitos citados, o PPP do CEB Cel. José Epifânio das Chagas oferece condições essenciais para que os (as) educandos (as) se tornem cidadãos (ãs) conscientes, capazes de interagir no meio em que vivem de modo crítico e com autonomia, gerando, neste sentido, um espaço de contínua produção educacional, cultural, artística e esportiva entre outras, propõe o desenvolvimento de um trabalho ético e participativo.

No tocante ao conceito de moral na escola, o mesmo se faz explícito nas regras, normas, que são postas a serem cumpridas e que fazem parte do regimento da escola, assim como nos planos de estudos e projetos políticos pedagógicos. Conforme o que fora observado no transcorrer de um momento do planejamento da escola, se coloca em discussão questões éticas, tendo em vista primar pelo bom relacionamento entre todos (as) que fazem parte da unidade educacional.

Ficou notório nas visitas à escola que há entre os (as) educadores (as) da instituição a ideia de que ser ético pressupõe o seguimento de obrigаторiedades e compromissos para com o (a) outro (a). Prima-se entre os (as) educadores (as) à afirmação de princípios que possam legitimar o reconhecimento dos sujeitos enquanto seres atuantes no seu meio político e social.

Mediante observações em um dos planejamentos realizados pela instituição ficou evidente que os (as) educadores (as) da instituição têm consciência de que o desenvolvimento de ações que levam ao diálogo, à busca pela interação de todos nos mais diferentes momentos que compõem o processo educacional é significativo para que se possam conquistar os objetivos que norteiam um processo de ensino-aprendizagem significativo.

Seja na fala dos (as) educadores (as) como em suas ações no transcorrer de diferentes momentos observados, há na escola a consciência dos (as) mesmos (as) em relação à

¹⁰⁵ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1993. p. 471.

importância da formação moral como componente básico na elevação do (a) educando (a) enquanto ser crítico e proativo. Apesar da existência dessa consciência por parte dos (a) educadores (as), os (as) mesmos (as) sabem que propiciar condições para que a escola favoreça aos (as) educandos (as) elementos que lhes promovam a condição de ser crítico e autônomo não constitui uma tarefa fácil.

A escola conta com algumas dificuldades quando diz respeito à promoção de atividades extracurriculares, por não contar na maioria das vezes, com a participação de pais e/ou responsáveis pelos (as) alunos (as), por não ter ainda consciência da importância de sua presença como elemento participativo da escola. Há ainda a falta de recursos econômicos por parte da escola, o que gera alguns problemas quando se propõe a execução de algumas atividades em que se faz necessário investimento de capital.

A formação do indivíduo autônomo requer um conjunto de habilidades a serem levadas em conta quando se trata de trabalhar numa perspectiva crítica e participativa. A escola, ao propor atividades que envolvem os (as) educandos (as) em diferentes situações sociais e políticas, tenciona contribuir com a formação integral dos (as) mesmos (as), dando-lhes a condição para a construção de sua autonomia.

Para que a instituição possa contribuir de maneira positiva na formação do (a) cidadão (ã) ético e autônomo, o que se percebe na leitura do PPP é que a mesma tem posto em ação projetos de cunho interativo, visando estabelecer um vínculo entre os diferentes segmentos que compreende o todo escolar. Neste aspecto, é pertinente fazer uma abordagem em relação ao campo de abrangência dos projetos educativos propostos e articulados pela unidade educacional a que trata a presente análise.

Enfim, a gestão democrática e participativa pelo que foi observado na escola, acontece no desenvolver das atividades, com professores (reuniões e planejamentos), alunos (aulas, eventos sócio-educacionais), bem como, com todos os outros segmentos da escola. Esta constitui um trabalho coletivo, ou seja, a democratização e o caráter ético são resultados de uma ação coletiva.

3.3 Projetos Educativos: descrição, abrangência e caráter ético-pedagógico

3.3.1 Projetos educacionais na política educacional brasileira e no CEB Cel. José Epifânio das Chagas

A ideia de projetos educativos como elemento essencial de trabalho sócio-político e educativo tem sido um marco na política educacional brasileira que se firmou após os anos 1980 do século XX. Esse período, conforme se percebe nos relatos da história da educação brasileira, configura como um dos momentos de significativo valor sócio-político já salientado na atual política educacional.

Conforme Azevedo, a concepção de projetos educativos tem acompanhado a evolução e consolidação da gestão democrática e autônoma das escolas nos últimos tempos, favorecendo o desenvolvimento de discussões e ações de educadores em torno da efetivação de uma política educacional autônoma nas unidades de ensino, onde haja o caráter ético entre todos que a integram, levando o equilíbrio de ações na busca pela qualidade do processo de ensino-aprendizagem.¹⁰⁶

Firmar um todo educacional em que se tenha a presença de um trabalho coletivo com um consenso de ideias em prol da qualidade e da promoção social, figura como uma questão de amplitude política e cultural, uma vez que reúne interesses múltiplos que representam antes de tudo o projeto de uma formação autônoma e participativa. Sendo assim, tem-se o Decreto Lei n. 43/89, de 3 de fevereiro. Este legitima a ideia:

Autonomia da escola caracteriza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e as solicitações e apoio da comunidade em que se insere.¹⁰⁷

Neste sentido, os projetos educacionais propostos e postos em execução no CEB Cel. José Epifânio das Chagas buscam articular a gestão escolar, professores (as), funcionários (as) e alunos (as), pais e mães de alunos (as) e demais membros da comunidade em que a instituição se encontra inserida, com vistas à promoção de ações coletivas. A ideia é favorecer condições essenciais para a construção de uma prática educacional saudável.

¹⁰⁶ AZEVEDO, Rui et al. *Projetos educativos: Elaboração, monitorização e avaliação*. Guião de apoio. Lisboa: Agência Nacional para a qualificação, 2011.

¹⁰⁷ DECRETO Lei n. 43/89. Disponível em: <<http://digestoconvitados.dre.pt/digesto/pdf/LEX/350/22985.PDF>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

A ideia básica que norteia a pedagogia de projetos é que os trabalhos articulados na escola possam se construir como uma organização dos conhecimentos em torno de metas devidamente definidas, a partir de um coletivo que compreenda a presença de gestores, professores, alunos e, em certo sentido, pais de alunos quando assim se fizer possível. Neste sentido, pode-se dizer que trabalhar numa dimensão de projetos educacionais visa entre outros fins:

Aproximar-se da identidade dos alunos e favorecer a construção da subjetividade, longe de um prisma paternalista, gerencial ou psicologista, o que implica considerar que a função da escola não é apenas ensinar conteúdos, nem vincular a instrução com a aprendizagem. Revisar a organização do currículo por disciplinas e a maneira de situá-lo no tempo e no espaço escolar. O que torna necessária a proposta de um currículo que não seja uma representação do conhecimento fragmentada, distanciada dos problemas que os alunos vivem e necessitam responder em suas vidas, mas, sim, solução de continuidade. Levar em conta o que acontece fora da escola, nas transformações sociais e nos saberes [...].¹⁰⁸

Para tanto, os projetos educacionais do CEB Cel. José Epifânio das Chagas abrange um campo sócio educacional significativo, considerando que se propõe a atender os diferentes segmentos que compõe a instituição de ensino, de modo que cada indivíduo esteja interligado como parte estruturante da realidade em que está inserido. Construir um processo educacional em que todos (as) se façam sujeitos, constitui a base do trabalho socioeducativo da instituição.

3.3.2 Os projetos educativos do CEB Cel. José Epifânio das Chagas

No cerne dos projetos, pode-se citar a comemoração de datas históricas, sociais e culturais na escola. Estes têm, entre os fins, a perspectiva de incentivar o educando a se integrar com aspectos sócio-políticos, históricos e culturais que se fazem presentes no cotidiano de vida do ser humano em diferentes dimensões e contextos da sociedade. Permitindo assim, que se construa uma identidade do sujeito como ser político, cultural e histórico entre outros pontos que possam legitimar o caráter do ser humano como ser social.

Com a finalidade de trabalhar arte na educação, a escola prima pelo desenvolvimento de atividades culturais que permitam o educando perceber-se como elemento construtivo e participativo do processo histórico-político e social do qual faz parte. Nesta perspectiva, o ensino de arte se legitima na escola como um elemento essencial na construção de uma prática educativa promissora.

¹⁰⁸ HERNANDEZ, Fernando. *Transgressão e Mudança na Educação: Os Projetos de Trabalho*. Tradução Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998. p. 61.

Vale ressaltar que com a LDB a arte passou a ser considerada obrigatória na educação básica, uma vez que “o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”.¹⁰⁹ Neste sentido é que se justifica a elaboração de projetos de dança, expressão teatral, entre outras modalidades artísticas que podem ser trabalhadas no espaço escolar.

A dança como elemento disciplinador do corpo e da mente está entre os projetos articulados e executados na escola, salientando a importância do movimento do corpo na construção de uma mente saudável. Neste contexto, o projeto “Meu corpo dança se eu não danço” trabalha o corpo, visando o bem estar da mente do educando, elemento essencial para a conquista de uma aprendizagem eficaz e funcional.

Trabalhar o corpo pressupõe ter cuidado com a mente. Neste sentido, conquistar a aprendizagem de modo pleno, dando um maior suporte a efetivação do desenvolvimento de habilidades e competências que leve ao maior crescimento do educando, constitui o objetivo dos projetos desenvolvidos pela escola.

A prática de esportes também é incentivada na instituição, entre os projetos de cunho sócio educacional. Os jogos internos envolvem alunos (as) e professores (as) das turmas que compõem a unidade educacional. Mediante a prática esportiva, a escola favorece um trabalho integrado entre educação, saúde e lazer, promovendo também a socialização entre alunos (as), professores (as), funcionários (as), gestores e a comunidade em que está inserida.

Através dos jogos internos que englobam a presença de professores e alunos, a escola viabiliza a integração e reflete sobre preceitos éticos, uma vez que há a perpetuação da hierarquia, assim como se viabiliza que alunos e professores sejam submetidos a regras que lhes são apresentadas como maneira de garantir o bem comum entre todos.

Em se tratando do esporte na escola, os PCN's consideram que as atividades desportivas se firmam na prática de exercícios de habilidades que capacitam os alunos a refletir sobre possibilidades corporais, discernindo o caráter competitivo ou recreativo, levando o indivíduo a participar das atividades, aprendendo e diferenciando-as em suas distintas propostas.

Mediante a prática esportiva, os (as) alunos (as) são levados (as) a seguirem regras e atender a fatores disciplinares, tendo ainda orientações sobre hábitos alimentares. Em sentido geral, pode-se dizer que no cerne destas atividades se fazem explícitos o seguimento de

¹⁰⁹ BRASIL, 1996, art. 26, § 2º.

padrões éticos e morais, dando aos envolvidos a possibilidade de tomarem conhecimentos de hábitos que lhes garantirão o estado de bem estar.

Há ainda no cerne dos projetos da escola o incentivo a integração de diferentes profissionais do município, fazendo um elo entre os mesmos com a escola, ou seja, sempre que possível o CEB Cel. José Epifânio das Chagas promove palestras com profissionais como psicopedagogos, assistentes sociais, psicólogos, médicos, administradores, entre outros profissionais. De acordo com temáticas organizadas pela coordenação pedagógica e professores (as) tem-se como referencial a perspectiva de conscientizar o (a) educando (a) acerca de assuntos diversificados.

A formação integral do (a) aluno (a) na unidade de ensino é articulada em projetos como no caso do “Oscar da leitura: por uma escola de leitores”, promovido anualmente, incentivando o (a) educando (a) o hábito de ler e, conseqüentemente, a construção de uma base na sua formação sócio-política e cultural.

É um processo abrangente e complexo; é um processo de compreensão, de utilização de mundo que envolve uma característica essencial e singular ao ser humano: a sua capacidade simbólica e de interação com o mundo com o outro pela mediação de palavras. O ato de ler não pode se caracterizar como uma atividade passiva.¹¹⁰

A ideia que fundamenta o projeto de leitura encontra-se na concepção de leitura apresentada pelos autores acima citados. Em síntese, defende-se a ideia de que por meio da leitura o (a) aluno (a) pode tomar conhecimento da diversidade que é o mundo em que o (a) mesmo (a) é parte integrante. Em sentido geral, se tem a compreensão que “a leitura na escola tem sido fundamentalmente um objeto de ensino, para que esta se constitua em um objeto de aprendizagem é necessário que tenha sentido para o aluno”.¹¹¹

Considerando que se trabalha a leitura e a escrita na escola como uma maneira de educar e trabalhar os diferentes conteúdos curriculares que constitui a educação formal, a unidade educacional promove o projeto “Impressão de livros: a criação é nossa”. Vale ressaltar que o estímulo à leitura figura como uma das principais ações articuladas pela coordenação pedagógica, em conjunto com os (as) professores (as) da unidade escolar por meio do projeto CONGETE – Concurso de Gêneros Textuais, onde se incentiva o (a) aluno (a) a produzir textos em diferentes contextos e gêneros.

¹¹⁰ BRANDÃO, Helena H. Nagamine; MICHELETTI, Guaraciaba. Teoria e prática da leitura. In: *Coletânea de textos didáticos*. Componente curricular Leitura e elaboração de textos. Curso de Pedagogia em Serviço. Campina Grande: UEPB, 2002. p. 9.

¹¹¹ BRASIL, 2001, p. 54.

A conscientização acerca do valor patrimonial e material é trabalhada no CEB Cel. José Epifânio das Chagas através do projeto Bem-Viver, também ocorrido anualmente mediante palestras e passeios culturais em instituições ou locais que constituem a história do município e/ou estado. A fundamentação do citado projeto se insere na ideia de Horta, que entende a educação patrimonial como um instrumento de afirmação da cidadania, que tem como objetivo envolver a comunidade na gestão do patrimônio, fazendo com que o (a) aluno (a) se sinta responsável pela preservação deste como marco de sua história.¹¹²

Trabalhar a mente visa ao educando interagir em diferentes situações e contextos do seu cotidiano de vida. A escola promove o projeto Multiplicando, sendo incentivada a prática de trabalhos com o cálculo mental, viabilizando situações em que se possam produzir e reproduzir atividades diversificadas que o leve a raciocínio lógico.

O projeto a que se faz referência no parágrafo anterior tem sua base teórica no pensamento de Piaget, que defende a ideia de que o conhecimento tem sua evolução de maneira progressiva seguindo estruturas de raciocínio, os quais são substituídos ao longo do processo de evolução do indivíduo, ou seja, dos estágios que processam a formação do ser racional.¹¹³

O CEB Cel. José Epifânio das Chagas promove ainda no campo da promoção artística e cultural o projeto ATPAC – Amostra de Talentos, Pesquisas, Arte e Cultura, realizado por meio de apresentação dos trabalhos de pesquisas dos alunos que são devidamente orientados pelos (as) professores (as) das áreas de estudo que compõem os componentes curriculares, que o (a) educando (a) necessariamente tem que cumprir para se ter sua formação escolar concluída.

Registro de ações como construção de um quadro histórico de promoções sócio, políticas e culturais que engloba a escola com diferentes contextos sociais se faz na unidade de ensino por meio do incentivo a criação do portfólio por turma, sendo registrados os avanços, as dificuldades e aspectos atitudinais dos alunos.

¹¹² HORTA, Maria de Lourdes Parreira; et al. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

¹¹³ PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. Trad. Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sergio Lima Silva. 21. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

3.3.3 Reflexões ético-pedagógicas nos projetos educacionais do CEB Cel. José Epifânio das Chagas

Portanto, tomando como fundamentação os pontos que constituem os projetos articulados e desenvolvidos no CEB Cel. José Epifânio das Chagas tem-se a compreensão de que os projetos educacionais envolvem a gestão escolar, professores (as), funcionários (as), alunos (as), pais e mães, além de demais elementos que estão inseridos no contexto político e social que compõem a unidade de ensino, uma vez que os projetos são articulados numa perspectiva de integração de todos (as) na formação do (a) aluno (a) como ser crítico e integrado num contexto de múltiplas realizações, estabelecendo o vínculo deste com a diversidade política e social em que o (a) mesmo (a) se posicione como sujeito.

Tendo em vista a tomada de consciência da existência dos projetos educacionais da instituição de ensino pesquisada, torna-se significativo ressaltar que o teor dos projetos trabalhados na escola é pautado na integração de todos que fazem a unidade escolar.

Segundo Martins, o envolvimento do aluno com projetos educacionais possibilita centralizá-lo numa busca pela aprendizagem, envolvendo-o assim, em múltiplas situações de conhecimento, favorecendo-o a aquisição de competências e habilidades. Sendo essas essenciais na construção de uma aprendizagem significativa.¹¹⁴

Conforme ainda considerações de Martins, compreende-se que a promoção de projetos educacionais como uma forma de ensinar, constitui um desafio no que diz respeito às práticas pedagógicas. Estas têm como objetivo a construção de conhecimentos a partir de descobertas significativas que envolvem saberes do senso-comum com saberes novos advindos de variadas fontes de informações.¹¹⁵

Nogueira acentua que o ensino mediado por projetos educacionais concebe a aprendizagem como um processo global, que tem como objetivo a formação integral do aluno, viabilizando, por conseguinte, inserir o mesmo num processo de construção de saberes já constituído (conhecimentos prévios) com novos saberes que são trabalhados na escola. Dá a aprendizagem uma conotação significativa, uma vez que o educando toma consciência da relação entre o saber trabalhado pela escola com as diferentes realidades que ele toma conhecimento.¹¹⁶

¹¹⁴ MARTINS J. S. *O Trabalho com Projetos de Pesquisa: Do Ensino Fundamental ao Ensino Médio*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

¹¹⁵ MARTINS, 2003.

¹¹⁶ NOGUEIRA, N. R. *Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências*. São Paulo: Ética, 2002.

As atividades que constituem os projetos trabalhados no CEB Cel. José Epifânio das Chagas são articuladas, como se pode observar no planejamento da equipe de gestores e no planejamento individual dos (as) professores (as), se mesclam em meio a um conjunto de interesses os quais têm como perspectiva maior a formação do (a) educando (a) em diferentes contextos e esferas que compreende a educação formal.

A perspectiva seja da gestão enquanto instância administrativa da escola, seja da coordenação pedagógica, na condição de gestora do processo de ensino eficaz e funcional, seja dos (das) professores (as) como mediadores (as) desta gestão administrativa e pedagógica tem como foco a aprendizagem do (a) aluno (a) a eficácia e funcionalidade desta.

Integrar as diferentes formas de conhecimentos (prévio, escolar, científico, cultural, social, histórico, político, etc.) constituem metas básicas dos (as) educadores (as) que estão lotados (as) no CEB Cel. José Epifânio das Chagas. Neste sentido, a articulação do processo de ensino por meio da prática de projetos educacionais se firma como uma ação integrada que envolve os diferentes segmentos que compõem o todo escolar, sendo assim, gestores e professores têm suas ações educacionais firmadas no desejo pela conquista de uma aprendizagem, que se configura na funcionalidade. Ou seja, que o aluno perceba-se como parte constituidora da mesma.

As observações feitas no transcorrer dos planejamentos da escola permitiram observar que há, no contexto geral dos (as) educadores (as) que compõem a unidade de ensino em evidência, a proposta de articulação do conhecimento com a formação integral do educando (a), tornando-o/a interativo (a), participativo (a) e construtor (a) da sua história e da história do meio existencial.

A abrangência dos projetos educacionais trabalhados no CEB Cel. José Epifânio das Chagas, vai da sua fundamentação teórica a prática dos mesmos, uma vez que estes são devidamente formulados com embasamento teórico, conquistado a partir de sucessivas leituras feitas pelos educadores responsáveis pela elaboração e execução destes. Utiliza-se como referencial teórico da educação, autores como Piaget, Wallon, Vygotsky, Paulo Freire e outros. Partindo das concepções dos citados teóricos é que se faz a estruturação de estratégias, as quais têm como objetivo maior a formação de alunos (as), sempre respeitando suas limitações e possibilidades.

Em linhas gerais, os projetos educacionais promovidos pelo CEB José Cel. Epifânio das Chagas abrangem um campo de ação expressivo, favorecendo, por conseguinte, a

interação social, levando em conta que estimula o desenvolvimento do comportamento do indivíduo em diferentes situações, o que pode ser compreendido a partir de uma leitura a teoria interacionista de Vygotsky. Vygotsky ressalta “[...] o comportamento do ser humano é formado por peculiaridades e condições biológicas e sociais do seu crescimento”.¹¹⁷ Na interação com outros indivíduos, o ser humano vai construindo a sua personalidade, a sua identidade.

Assim como ocorre com a formação da identidade, também se processa com a aprendizagem, ou seja, ela se desenvolve no ser. Isto a partir da troca de conhecimento entre os diferentes indivíduos, num processo de interação do ser humano com seus semelhantes e com o meio em que atua. Neste sentido, tem-se explícito a ideia da participação política e social defendida por Aristóteles que considera que é na interação dos indivíduos num corpo social que se constrói os pilares básicos de uma política social eficaz.

Na concepção de Saviani¹¹⁸, as instituições sociais devem trabalhar a socialização dos alunos por meio dos seus projetos educacionais, além de estimular a socialização dos indivíduos, contribuem para o desenvolvimento de capacidades cognitivas, afetivas e o relacionamento social, gerando competências comunicativas e, certamente, a identidade individual de cada um dos educandos. Vale ressaltar conforme a LDB:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.¹¹⁹

Nos projetos articulados pelo CEBCJEC observa-se que há a busca por uma maior participação daqueles que estão integrados à escola como o caso dos gestores, professores (as), funcionários (as), alunos (as) pais e mães. Acentua-se, nesse aspecto, a presença da família. A ideia de integração da escola com outras instituições políticas e sociais é acentuada ainda na filosofia educacional de Dewey. Este filósofo norte americano ressalta a importância da relação da escola com as demais instituições sociais, ao acentuar que a mesma deve estar

¹¹⁷ VYGOTSKY, p. 64.

¹¹⁸ SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 30. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

¹¹⁹ BRASIL, 1996, art. 1 da LDB 9394/96.

conectada com a vida social no sentido geral, fazendo-se presente no seio da família, dos centros de recreação e nas organizações de vida cívica, religiosa, econômica e política, entre outras. Considera, portanto, que a educação constitui um processo de vida.¹²⁰

A interação de todos que fazem a escola num processo de educação de qualidade, é definido, na atualidade, por toda instituição, que busca a ideia de conquistas de aspirações e construção de um espaço promissor ao prazer social e político. O prazer em estar na escola, em participar de maneira interativa de toda a programação colocada em prática no seu cotidiano. Esta deve ser uma questão prioritária, pois o que se propõe na construção de uma escola eficaz e funcional é que haja a conquista de um processo educacional favorável a todos, onde se possa perceber nas ações dos que estão interligados ao todo escolar, a realização como indivíduo e ser social.

Para que a realização possa se fazer presente no campo educacional, os princípios éticos como respeito ao ser humano devem constituir um fator presente e atuante em cada procedimento, em cada projeto a ser trilhado, assim como em cada um dos que estejam em execução. Essa é a ideia que se tem de um trabalho de qualidade.

¹²⁰ DEWEY, John. *Democracia e educação*: introdução à filosofia da educação. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1997.

CONCLUSÃO

As considerações apresentadas na presente dissertação permitiram chegar a um conjunto de ideias que se destacam como resultado do envolvimento que se teve com a investigação. A justificativa pela escolha do tema, a relação ética no contexto da gestão democrática e participativa, foi devidamente fundamentada a partir do levantamento de elementos teóricos, construídos mediante as concepções dos autores, entre os quais podem ser citados os nomes de Libâneo, Hora, Lück.

Há uma complexidade no cerne das questões ética e gestão democrática, considerando que remontam ações e propósitos pela efetivação de uma política educacional. Política que atenda as diferentes aspirações de segmentos sociais como escola e família, num trilhar pela educação de qualidade.

A política educacional brasileira na atualidade tem colocado na pauta de discussão a qualidade da educação para todos, assim o interesse dos educadores tem se voltado para a efetivação de um processo de ensino-aprendizagem de qualidade à todos, sem distinção de classe social, credo religioso e raça. Sob essa perspectiva, há a ideia da construção de uma escola democrática e participativa. Juntamente com isso, a transformação dos conceitos de administração para gestão escolar, considerando a nova nomenclatura como o referencial de construção de uma política educacional que viabilizasse o interesse de todos os que estão vinculados à educação formal.

Os anos 1990 foram marcados por inúmeras transformações advindas da política nacional, da promulgação da Constituição Federal de 1988 e, em seguida, pela elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (Lei nº9394/96). Este marco legal veicula o ideal de estruturação de uma política educacional que atendesse os interesses de todos os que estão envolvidos no sistema educacional brasileiro.

Em meio às mudanças que caracterizam o período de transição de um estado de repressão política e ideológica, é que se projeta a ideia de uma gestão escolar democrática e participativa; que no cerne estão os princípios de legitimação de respeito e atendimento aos direitos do cidadão de uma educação pública de qualidade. Estas questões passam a ser um referencial de luta e conquistas. Neste contexto é que se postula, em meio a toda conjuntura política, social e educacional, a primazia pela ética. Isto significa, o respeito aos direitos do indivíduo social.

Portanto, a fundamentação teórica apresentada no primeiro capítulo desta dissertação, em sentido geral, aponta para estas mudanças e para conquista de um padrão ético, de uma educação promissora, eficiente e eficaz, capaz de favorecer ao indivíduo a sua formação ética e intelectual. A educação formal tem um caráter de instrumento de ascensão social das classes menos favorecidas.

A base teórica em relação ao conceito de ética formulada na dissertação a partir da leitura da concepção de Aristóteles, Santo Agostinho e Immanuel Kant permitiu compreender que, na sua conjuntura geral, o princípio de respeito ao ser humano, questão a ser observada no cerne da sociedade, legitima o ideal de realização pessoal e construção da felicidade para o ser humano. Reforçam o desejo pela edificação de uma política social firmada na valorização do indivíduo como ser ético.

A efetivação de uma política educacional democrática e participativa, tendo como princípio norteador a efetivação de uma educação de qualidade a ser direcionada a todos os indivíduos passa a ser o referencial básico que fundamenta a ideia de gestão escolar democrática e participativa. Em meio a toda essa conjuntura é que se construirá um conjunto de instrumentos, que têm como preceito maior a concretização da democratização e participação na escola. Assim, a escola se propõe a ser autônoma a partir da construção do seu Projeto Político Pedagógico – PPP. Além disso, propõe-se a criação do Conselho Escolar, do Conselho de Pais entre outros meios que subsidiarão a gestão democrática participativa da escola.

Em síntese, as considerações até o momento apresentadas expressam a importância e a complexidade que a temática gestão escolar democrática e participativa possui. A ética como um dos aspectos gerais norteadores dessa nova política educacional deixa expressa a passagem entre dois momentos históricos de significativo valor na sociedade brasileira, passagem do século XX ao XXI.

Considerando a atual conjuntura política, social e educacional, a escolha pelo tema posto em estudo permitiu ainda levantar como problemática o fato de que na rede pública municipal de ensino no Estado do Ceará, mesmo com a afirmação na Constituição de 1988 e na LDB (n.º 9394/96), do princípio da democratização na escolha dos gestores escolares esse princípio ainda não tem se efetivado. Diretores escolares nos municípios ainda são cargos de indicação do prefeito ou de políticos influentes na administração municipal.

Mediante o exposto, o problema que gera a investigação deste trabalho se evidencia a partir da seguinte questão: no contexto da gestão democrática participativa da escola como o gestor escolar, que não foi indicado conforme previsto em legislação, pode contribuir para a formação ética e cidadã do educando do ensino fundamental? A perspectiva de oferecer uma resposta a presente pergunta deu base para a construção do estudo que ora chega às considerações finais.

As considerações formuladas a partir do desenvolvimento dos objetivos propostos, abaixo descritos, subsidiaram a resposta à questão mencionada no parágrafo central:

- a) Caracterizar, a partir de uma leitura a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (Lei nº 9394/96), em que consiste a proposta de formação do educando para atuação como cidadão nos diferentes segmentos políticos e sociais.
- b) Evidenciar a partir de uma pesquisa documental no Centro de Educação Básica Cel. José Epifânio das Chagas, em Morada Nova, no Estado do Ceará, a gestão democrática e participativa articulada no contexto da referida instituição de ensino.
- c) Analisar os dados coletados na pesquisa (estudo de caso), realizada na instituição de ensino pesquisada, numa perspectiva de compreensão da efetivação ou não, da construção da gestão escolar ética, democrática e participativa.

O primeiro objetivo evidenciado tomou como referencial, a leitura da Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (Lei nº 9394/96) foi possível compreender que o gestor escolar municipal, quando convocado pelo gestor municipal, é levado a colocar em execução o que preceitua a legislação educacional. Sendo assim, deve atender os interesses gerais que norteiam a política educacional nacional. Neste aspecto, o gestor escolar pode contribuir com a aplicação dos preceitos éticos no contexto da unidade de ensino que administra a partir do momento em que propõe colocar em prática projetos sociopolítico e educacional, que atendam aos interesses de todos aqueles que estão sob a sua gestão e que estejam de acordo com o que é preceituado na legislação educacional (Constituição Federal de 1988 e LDB).

As considerações apresentadas no parágrafo anterior mostram que a hipótese de que a indicação como critério para a escolha de diretores escolares fundamentada em práticas autoritárias e antidemocráticas inviabiliza a atuação dos gestores escolares numa atuação ética. No entanto, o que se percebe é que sendo a indicação articulada com o propósito de o

gestor escolar seguir o que preceitua a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a gestão, mesmo não sendo oriunda de concurso e eleição dos gestores, pode sim ser efetivada, desde que se siga à risca o que legitima a legislação, a educação integrada, participativa e democrática. No entanto, o que se espera é que num futuro próximo o gestor escolar municipal possa ser integrado à escola por meio de ações democráticas e participativas, como preceitua a legislação educacional.

O segundo objetivo específico foi atingido nesta dissertação, a partir de uma leitura dos documentos da escola, no caso específico o Projeto Político Pedagógico – PPP, e observações ao Planejamento Escolar. Mediante a leitura dos referidos documentos foi possível compreender que a escola, viabiliza com seus gestores e professores (as), projetos educacionais para seus (as) educandos (as). Conta ainda, com a participação, em algumas situações, de funcionários (as), pais e mães de alunos (as). Com isso, se articula a gestão democrática e participativa, uma vez que, integra os diferentes segmentos da unidade de ensino numa política de ação voltada para a construção e efetivação de um projeto de integração de todos (as) em prol da educação de qualidade para todos (as). Lema este defendido pela Constituição Federal de 1988.

O terceiro objetivo específico proposto se insere na proposta geral da pesquisa e reforça o segundo objetivo específico, que se concretizou nesta dissertação a partir de uma análise da leitura do referencial teórico, que consiste a gestão democrática participativa. Partindo deste levantamento, passou-se à leitura dos documentos que compõem a política educacional da instituição de ensino pesquisada, chegando à compreensão de que as atividades propostas por esta unidade de ensino se legitimam no maior interesse, que constitui o contexto geral da política educacional brasileira, a gestão democrática e participativa.

Em síntese, o CEB Cel. José Epifânio das Chagas postula em todas as suas atividades sociais e pedagógicas, a conquista de uma escola democrática e participativa, efetivando princípios éticos em todo o contexto escolar. A formação ética dos (das) educandos (das) figura como um dos principais lemas desta unidade de ensino.

Em se tratando do caráter ético que se propõe no âmbito das atividades traçadas no campo educacional, foi possível perceber, através das observações simples e direta, que as opiniões de professores (as), funcionários (as), alunos (as), pais e mães são levados em conta e analisados dentro do PPP da escola.

A articulação e execução de projetos educacionais no meio escolar se concretizam na ideia de respeitar os interesses e a diversidade de conhecimentos, desenvolvendo habilidades e competências. Questão que legitima a ética e moral no âmbito sócio-político e cultural que a instituição representa sempre respeitando o campo de ação em que os mesmos possam ser desenvolvidos, assim como, os sujeitos que estão envolvidos.

Fica em evidência a perspectiva de que a pesquisa seja inserida numa proposta de estudo a ser articulada e desenvolvida num possível doutorado, onde se poderá lançar uma proposta de ação integrada entre todos que compõem a educação formal, numa perspectiva de subsidiar maiores e melhores condições para a efetivação da gestão escolar democrática e participativa. Tem-se como elemento norteador o oferecimento de um processo de ensino-aprendizagem de qualidade para todos (as), em que a ética seja sempre um elemento presente.

Enfim, o desenvolvimento do estudo proposto foi atingido a partir do momento em que se articulou a base teórica com a questão prática, legitimada a partir da tomada de conhecimento dos documentos que configuram a política educacional (Constituição Federal de 1988 e LDB) e os documentos da unidade de ensino pesquisada na dissertação. Vale ressaltar que não houve em nenhum momento a pretensão de encerrar o tema, o que seria inviável e certamente retiraria o caráter dialético do estudo.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos, S. J., e A. Ambrósio de Pina, S. J. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Col. Os Pensadores).

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In: *Os pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1998.

AZEVEDO, Rui et al. *Projetos educativos: Elaboração, monitorização e avaliação*. Guião de apoio. Lisboa: Agencia Nacional para a qualificação, 2011.

BARROSO, J. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In: BARROSO, J. (Org.). *O estudo da escola*. Porto: Porto Editora, 1996.

BOTLER, Alice Happ. Ética na gestão escolar. *Caderno de Estudos Sociais*. Recife, vol. 22, n. 2, p. 143-152/jul. 2006.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine; MICHELETTI, Guaraciaba. Teoria e prática da leitura. In: *Coletânea de textos didáticos*. Componente curricular Leitura e elaboração de textos. Curso de Pedagogia em Serviço. Campina Grande: UEPB, 2002.

BRASIL, LDB: *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. 3. ed. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. *Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares*. *Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2004.

CALADO, S. dos S; FERREIRA, S.C dos R. *Análise de documentos: método de recolha e análise de dados*. Disponível em:
<<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>>. Acesso em: 16 jan.2015.

CEARÁ. *Perfil Básico Municipal, 2014 Morada Nova*. Secretaria do Planejamento e Gestão. Instituto de Pesquisa e Estratégia econômica do Ceará – IPECE, 2014.

CHIAVENATO, I. *Administração nos novos tempos*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. 6. ed. São Paulo: Cortez; DF: MEC: UNESCO, 2001, Relatório para UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

DEWEY, John. *Democracia e educação: introdução à filosofia da educação*. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1997.

DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). *Gestão Escolar Democrática*. Goiânia: Alternativa, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1993.

FONSECA, M. *et al.* Projeto político-pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar. *Cadernos CEDES*, v. 23, n. 61, Campinas, dez, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GADDOTI, Moacir. *Dimensão política do projeto pedagógico*. SEED/MG. 2001.

GANDIM e GEMERASCA. Danilo e Maristela P. *Planejamento participativo na Escola: o que é e o como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2002 (Col. Fazer e Transformar).

GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas em pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas Escolas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n86/0104-4036-ensaio-23-86-13.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

HENGEMUHLE, Adelar. *Gestão de ensino e práticas pedagógicas*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

HERNANDEZ, Fernando. *Transgressão e Mudança na Educação: Os Projetos de Trabalho*. Tradução Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.

HORA, Dinair Leal da. *Gestão educacional democrática*. Campinas-SP: Editora Alinea, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; et ali. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

KANT, Immanuel. *Doutrina do Direito*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Ícone, 1993 (Fundamentos do Direito).

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. *Metodologia do trabalho científico*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Planta, 2004.

LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996 (Coleção Repertórios).

LIBANEO, José Carlos *et al.* *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10. ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIMA, Elvira Sousa. *Indagações sobre o Currículo: currículo e desenvolvimento humano*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008.

LÜCK, Heloisa. *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÜCK, Heloisa; FREITAS, Kátia Siqueira *et al.* *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MACEDO, B. *Projeto educativo de escola: do porquê construí-lo à gênese da construção*. São Paulo: Inovação, 1991.

MARTINS J. S. *O Trabalho com Projetos de Pesquisa: do Ensino Fundamental ao Ensino Médio*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

MARX, Karl. *A ideologia alemã e outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MELLO, Guiomar Namó de; SILVA, Rose N. da. *A gestão e a autonomia da escola nas novas propostas de políticas educativas para a América Latina*. Estudos Avançados, vol.5, n. 12, maio/agosto 1991.

NOGUEIRA, N. R. *Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências*. São Paulo: Ética, 2002.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. *Compreender e transformar o ensino*. 4 ed. brasileira. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. Trad. Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sergio Lima Silva. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RIOS, Terezinha Azeredo. *Ética e competência*. 11. ed. São Paulo: Cortez Editora (Col. Questões da nossa época), 1999.

SANTOS, Ana Lúcia Félix. *Gestão Democrática da Escola: Bases Epistemológicas, Políticas e Pedagógicas*. *Anais da 29ª Reunião Anual da Anped*, Caxambu/MG, 2008. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT05-2114--Int.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 30. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SOUSA, J. V. *Gestão Democrática: um caminho para a construção da autonomia na escola*. IN: *Minas Gerais*. Secretaria do Estado da Educação. Veredas. Formação Superior de Professores. Belo Horizonte. SEE/MG, 2003. Módulo 4, v. 1, (Coleção Veredas).

SOUZA, Herbert. *Participação cidadã*. Disponível em: <<http://www.brazil-brasil.com>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

SPÓSITO, Marília Pontes. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, João Baptista (Org.). *Gestão Democrática*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A/SEPE, 2005.

TAILLE, Yves de La. *Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TIBA, Içami. *Quem ama, educa*. 2. ed. São Paulo: Gente, 2006.

VELERIEN, Jean, DIAS, João Augusto. *Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestão de aperfeiçoamento*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO/MEC, 1993.

WEISS, Donald. *Como se relacionar bem no trabalho*. Nova Iorque / São Paulo: Nobel, 1994.

ANEXO I

Autorização

Eu, **José Max Nogueira de Queiroz**, Diretor do Centro de Educação Básica Coronel José Epifânio das Chagas, tenho ciência e autorizo **Raimunda Maria Martins**, acadêmica do Mestrado Profissional da EST, sob a orientação do Prof. Dr. Valério Guilherme Schaper, a observar as Atividades de Planejamentos Pedagógicos do Centro de Educação Básica Cel. José Epifânio das Chagas, bem como, observar as reuniões com pais e outras atividades pedagógicas realizadas no período de Novembro de 2014 a Março de 2015.

No momento será disponibilizada a pesquisadora os seguintes documentos para análises: Projeto Político pedagógico e a Proposta de Regimento Escolar.

Morada Nova, 11 de Novembro de 2014



José Max Nogueira Queiroz
Diretor do CEBCJEC